

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE NACIONAL DE DIREITO

SIGILO DOS ATOS DE INVESTIGAÇÃO E O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE DAS
AÇÕES PENAIS NO ÂMBITO DOS MEGAPROCESSOS ESPETACULARIZADOS

ISABELLE MENEZES VIEIRA DA SILVA

RIO DE JANEIRO
2017/ 2º SEMESTRE

ISABELLE MENEZES VIEIRA DA SILVA

**SIGILO DOS ATOS DE INVESTIGAÇÃO E O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE DAS
AÇÕES PENAIS NO ÂMBITO DOS MEGAPROCESSOS ESPETACULARIZADOS**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob orientação do **Prof. Dr. Antonio Eduardo Ramires Santoro**.

RIO DE JANEIRO
2017/ 2º SEMESTRE

ISABELLE MENEZES VIEIRA DA SILVA

S586s Silva, Isabelle Menezes Vieira da
Sigilo dos Atos de investigação e o Princípio da
Publicidade das Ações Penais no Âmbito dos Megaprocessos
Espetacularizados / Isabelle Menezes Vieira da Silva. --
Rio de Janeiro, 2017.
64 f.

Orientador: Antonio Eduardo Ramires Santoro.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
de Direito, Bacharel em Direito, 2017.

1. Sistema Acusatório. 2. Megaprocessos. 3. Direito Penal do
Inimigo. 4. Espetacularização.
I. Santoro, A. E. R. orient. II. Título.

ISABELLE MENEZES VIEIRA DA SILVA

**SIGILO DOS ATOS DE INVESTIGAÇÃO E O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE DAS
AÇÕES PENAIIS NO ÂMBITO DOS MEGAPROCESSOS ESPETACULARIZADOS**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob orientação do **Prof. Dr. Antonio Eduardo Ramires Santoro**.

Data da Aprovação: __/__/____.

Banca Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Antonio Eduardo Ramires Santoro.

Membro da Banca

Membro da Banca

RIO DE JANEIRO
2017/ 2º SEMESTRE

AGRADECIMENTOS

Impossível não dedicar este trabalho àqueles cujo apoio foi imprescindível para que eu atingisse todos meus sonhos até o momento, meus queridos pais. Sempre com vocês, tudo por vocês.

Ingrata seria se não agradecesse àquele que, com sua paz interior, suaviza minha caminhada, Pedro Lofaro, meu par.

Não apenas, ao concluir o trabalho que marca o fim da graduação, não posso me furtar em demonstrar minha gratidão aos amigos que encontrei durante esta trajetória e professores que, por vezes, mesmo sem saber, incentivaram-me a seguir na carreira jurídica de forma honesta e incansável.

Em especial, agradeço às queridíssimas Gabriella Batalha e Mariana Hoff, que levo no coração desde o início da vida acadêmica.

Dedico também este humilde trabalho à Salete Maccalóz, mulher de fibra, autêntica e íntegra, com quem tive o prazer de conviver durante a formação profissional enquanto estagiária e aluna. Carinho eterno.

*Assediados por computadores, espiados por olhos
furtivos, filmados por telecâmeras invisíveis.
Os cidadãos da sociedade de informação correm
o risco de parecerem homens de vidro: uma
sociedade que a informática e a telemática estão
o tornando totalmente transparente*

Stephano Rodotà

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o recente padrão de justiça dos megaprocessos, denunciando sua incompatibilidade com o sistema acusatório, porquanto pressupõe a fragilização dos direitos e garantias fundamentais, em destaque, o sigilo dos atos de investigação, sob a justificativa de se valorizar a publicidade processual. Pretende-se expor os fatores que permitem sugerir a incongruência *ab ovo* da justiça mega. Para tanto, a primeira parte do trabalho busca demonstrar que se tratam os megaprocessos de perseguições criminais agigantadas, envolvendo uma amálgama entre as fases da investigação e da ação penal propriamente dita, o que, em termos fáticos, prejudica o respeito de regras próprias de cada fase. Em seguida, acusa-se a inserção destes processos no que se entende por Direito Penal do Inimigo, eis que se constituem parte de um sistema punitivo emergencial, pensado para lidar com crimes ditos de alta periculosidade para as estruturas do Estado, como é o caso do crime organizado, objeto principal dos processos em análise. Por fim, a terceira parte se dedica a apontar a espetacularização própria desse padrão de justiça, que acaba por subjugar o desenvolvimento processual aos anseios da audiência, analisando, para tanto, a exposição de Guy Debord acerca da “sociedade do espetáculo”.

Palavras-chave: Sistema Acusatório; Megaprocessos; Direito Penal do Inimigo; Espetacularização.

RESUMEN

El objetivo del presente trabajo es analizar el reciente estándar de justicia de los megaprocursos, denunciando su incompatibilidad con el sistema acusatorio, ya que presupone la fragilización de los derechos y garantías fundamentales, destacando-se el sigilo de los actos de investigación, sob la justificativa de se valorizar la publicidad procesual. Pretende-se acusar los factores que permiten sugerir la incongruencia propia de la justicia mega. Para eso, la primera parte del estudio busca demostrar que los megaprocursos son persecuciones criminales agigantadas, que envuelven una confusión entre las fases de investigación policial e la fase propiamente procesual, lo que, en termos fáticos, perjudica que se respete las reglas propias de cada etapa. En seguida, acusa-se la inserción de estos procesos en lo que se denomina Derecho Penal del Enemigo, puesto que se constituyen parte de un sistema punitivo emergencial, pensado para lidar com crímenes ditos de alta periculosidad para las estructuras del Estado, como es el caso del crimén organizado, objeto principal de los procesos en analise. Por fin, la tercera parte se dedica a apuntar la espectacularización propia de este modelo de justicia, lo que acaba por subyugar el desarrollo procesual a los deseos de la audiencia, analizando, para tanto, la exposición del crítico Guy Debord acerca da la “sociedad del espectáculo”.

Palabras clave: Sistema Acusatorio; Megaprocursos; Derecho Penal del Enemigo; Spetacularización.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. O SIGILO DOS ATOS INVESTIGATÓRIOS E A PUBLICIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS NOS PROCESSOS TRADICIONAIS	17
1.1. O sigilo nos processos tradicionais.	17
1.2. A publicidade.	21
1.3. Processos tradicionais.	24
2. MEGAPROCESSOS ESPETACULARIZADOS - SIGILO DOS ATOS DE INVESTIGAÇÃO E A PUBLICIDADE COMO EMANAÇÃO DA SUPREMACIA DO INTERESSE DA MÍDIA HEGEMÔNICA: CAUSAS DA INCOMPATIBILIDADE COM O SISTEMA ACUSATÓRIO.	27
2.1. Megaprocessos.	27
2.2. Os megaprocessos e o direito penal de exceção.....	32
2.3. Megaprocessos espetaculares.....	41
3. JULGAMENTOS PENAIIS ESPETACULARES.	48
CONCLUSÃO.....	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo principal denunciar a incompatibilidade dos megaprocessos espetacularizados com o sistema acusatório idealizado pela ordem constitucional, porquanto fragiliza direitos e garantias fundamentais, aqui destacado o sigilo dos atos de investigação.

Em regra, justifica-se a relativização do sigilo com a argumentação de estar-se efetivando direito à informação e a própria supremacia do interesse público. No entanto, a pesquisa ambiciona demonstrar que, em verdade, o afastamento do sigilo dos atos investigatórios é inerente aos megaprocessos espetacularizados, sendo certo que não existe um juízo de ponderação de interesses, mas uma incongruência *ab ovo* entre a justiça mega e o sigilo dos atos investigatórios.

Nesse sentido, é possível destacar os problemas a serem enfrentados, delimitando-os através do enfrentamento de alguns problemas. Sendo assim, o primeiro problema a ser enfrentado é o seguinte: quais fundamentos para a necessidade de se conferir sigilo aos atos investigatórios? Qual o fundamento para a publicidade no ordenamento vigente? À publicidade deve ser conferida tratamento privilegiado, quando em confronto com a determinação de sigilo, em casos de relevante interesse público? Os megaprocessos respeitam o sistema de direitos e garantias fundamentais proposto pelo sistema acusatório? Caso seja negativa a resposta, quais as razões que levaram a se aventar a incompatibilidade da justiça megaprocessual com o sistema acusatório?

Em relação às hipóteses para as prospectivas respostas dos problemas formulados, registra-se a necessidade de se analisar conceitos como megaprocessos, Direito Penal Emergencial/Excepcional, Direito Penal do Inimigo e espetacularização do processo penal.

Isto posto, o estudo tem como finalidade, não oferecer soluções para a adequação da justiça mega ao ordenamento pátrio, mas, tão somente, trazer à tona uma discussão nada contingente frente aos abusos que propõem os megaprocessos espetacularizados.

A abordagem do estudo será delimitada pela análise da necessidade social do sigilo dos atos investigatórios e publicidade dos atos processuais, evidenciando a imperiosidade em se observar as referidas regras para, ato contínuo, pontuar os fatores que impedem que tais traços acusatórios sejam aplicados na praxe dos megaprocessos espetacularizados, criticando a realidade da justiça mega.

Antes de compreender as críticas à relativização do sigilo dos atos investigatórios e os elementos que levam à incompatibilidade dos megaprocessos com o regramento constitucional e convencional, interessante esclarecer o mister do Direito e, em especial do Direito Penal e Processual Penal na construção do corpo social. Para isso, válido trazer algumas considerações do consagrado filósofo inglês Thomas Hobbes.

Bem como John Locke e Jean-Jacques Rousseau, Hobbes defendia uma teoria contratualista de Estado – acreditavam na formação do Estado a partir de um contrato social. Dalmo Dallari¹, analisando a obra “O Leviatã” aponta que, para Hobbes, o indivíduo em seu estado de natureza é essencialmente egoístico, de forma que não é natural, tampouco harmônica, a convivência com os demais.

Explica, ainda, que o “Estado de natureza” é o cenário de desordem e caos que se instala sempre que os indivíduos não têm suas ações balizadas ou reprimidas, seja pela voz da razão, seja pela presença de instituições políticas eficientes.

¹ DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos da Teoria Geral do Estado**. 33 ed. São Paulo. Eitora. Saraiva 2016, pp. 25-26.

Cientes de que o estado de natureza é essencialmente perigoso, os indivíduos acordam o “contrato social”, instrumento para a transferência coletiva e parcial de liberdades individuais para o Estado, a fim de que este garanta a segurança do grupo.

A partir da vida em sociedade no seio de um Estado, passa a ser imperiosa a existência de regras capazes de solucionar as naturais desavenças que a convivência provoca. Em linhas gerais, essas regras compõem o que se entende pela acepção objetiva de Direito, qual seja, instrumento apto a solucionar conflitos, evitando reações privadas difusas, próprias do estado de natureza.

Dessa forma, depreende-se que o Direito tem seu fim e fundamento na sociedade. Inspirado pelo brocardo latino “*ubi societas, ibi jus*” Miguel Reale² explica em sua obra “Introdução ao Estudo do Direito” que o Direito é “fato ou fenômeno social; não existe senão na sociedade e não pode ser concebido fora dela”. Isso porque é o Direito, como um conjunto de normas voltadas ao estabelecimento de limites à ação singular de cada membro do corpo social, dotado de força cogente, portanto, obrigatório e responsável por garantir a convivência social.

Nesse mesmo sentido expõe Gustavo Filipe Barbosa³: “A norma jurídica, assim, é elemento integrante do Direito, podendo ser entendida como disposição que rege a vida em sociedade”. O mister do Direito é, portanto, ordenar a sociedade, de forma a organizá-la e a garantir a harmonia de seus membros. Ocorre que, embora haja um ordenamento jurídico determinando os limites da liberdade individual e cominando sanções na hipótese de descumprimento, fato é que os homens cometem crimes.

Seguindo Émile Durkheim⁴, o crime consiste em um ato ofensivo aos estados fortes e definidos da consciência coletiva. Nessa esteira, conduta criminosa ofende a ordem jurídica,

² REALE, Miguel. Lições Preliminares de direito. 27ª Edição. São Paulo. Ed. Saraiva. 2002, p. 16.

³ GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Introdução ao Estudo do Direito. Teoria Geral do Direito**. 3 ed. São Paulo. Ed. Método. 2015, p. 15.

⁴ DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 3 ed. São Paulo. Ed. Martins Fontes. 2007, p. 54.

distanciando-se do ideal social de harmonia. Por isso, o Direito Penal preocupa-se em solucionar conflitos atentatórios à harmonia de uma comunidade.

Ainda no que concerne à criminalidade, interessante assinalar que, para o autor, o crime não se observa na maior parte das sociedades desta ou daquela espécie, mas em todas as sociedades de todos os tipos⁵. Dessa forma, lidar com a criminalidade não é uma escolha de Estado é, de fato, uma necessidade.

Nesse sentido, já sob a ótica do ordenamento jurídico atual, quando corporificada a notícia de um delito, o Estado deve exercer seu poder de controle, com vistas a apurar os fatos e responsabilizar o culpado, como sugere Alberto José Tavares Vieira da Silva⁶. A apuração de fatos e responsabilização do agente é o que se entende pela *persecutio criminis*, poder-dever que detém o Estado.

André Nicolitt⁷ aponta que, praticado um fato definido como infração penal, surge para o Estado o *jus puniendi*, que só pode ser concretizado por meio do devido processo legal. Entende que, para que seja possível o exercício do *jus puniendi*, deve o Estado saber quem é o possível autor da infração penal e submetê-lo, ato contínuo, a um processo. Assim, demonstra que a perseguição criminal é atividade que se desdobra em dois momentos: a investigação criminal preliminar, etapa destinada à apuração da autoria e da materialidade do fato criminoso e a ação penal, que é, propriamente, a fase processual.

Trata-se a investigação criminal de um procedimento administrativo voltado à apuração da autoria e da materialidade da infração penal, que, na maioria dos casos, é desempenhada pela polícia judiciária, por meio do inquérito policial. Presta-se o inquérito, com espeque no art. 4º, CPP e 144, §§1º, IV e 4º da Constituição Federal, a apurar o cometimento de infração penal, visando à reunião de elementos de prova acerca da autoria e da materialidade do fato, a

⁵ *Ibidem*, p. 66.

⁶ DA SILVA, Alberto José Tavares Vieira. **Investigação Criminal: Competência**. 1 ed. São Luís. Ed. Lithograf. 2007, p 11.

⁷ NICOLITT, André. **Manual de Processo Penal**. 3 ed. Rio de Janeiro. Elsevier. 2012, p. 79.

fim de instruir a ação penal e viabilizar a responsabilização do agente criminoso. É, portanto, a fase pré-processual da persecução penal⁸.

Por sua vez, trata-se a ação penal propriamente dita de procedimento judicial instruído com indícios de autoria e da materialidade do fato, desenvolvido em contraditório e ampla defesa, que tem por finalidade a responsabilização do ofensor pela prática criminosa.

Na investigação preliminar, o que vigora é a regra do sigilo dos atos, conforme se encontra estampado no art. 20, *caput* do Código de Processo Penal vigente, *in verbis*:

Art. 20. A autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade.

Eugênio Pacielli⁹ aponta como fundamento para adoção da regra do sigilo nas investigações criminais a “preocupação com a proteção de interesses públicos relevantes”, tais como a tutela do direito à imagem do imputado e a efetividade da jurisdição penal. Vislumbra-se, assim, a dupla função que assume o sigilo na fase pré-processual da persecução criminal: dar efetividade ao princípio basilar da Constituição de 1988, a dignidade da pessoa humana e garantir o bom desenvolvimento da investigação.

Na exposição de Nicolitt¹⁰:

À luz do art. 1º da CRFB/1988, onde foi reconhecido o princípio da dignidade humana, o sigilo do inquérito não é mais uma necessidade apenas do interesse da investigação ou da sociedade, mas acima de tudo na preservação do próprio indiciado, que não pode ser exposto à estigmatização própria do inquérito. O sigilo tem dupla função: preservar o indiciado (função garantista) e assegurar a eficácia da investigação (função utilitarista).

Já no que concerne à fase da ação penal propriamente dita, predomina a regra da publicidade. No entendimento de Fernando da Costa Tourinho Filho¹¹, o princípio da

⁸ DE OLIVEIRA, Eugenio Pacielli. **Curso de Processo Penal**. 17 Ed. São Paulo. Atlas. 2013, p. 56.

⁹ *Ibidem*, p. 61.

¹⁰ NICOLITT, André. *Op. Cit, Loc. Cit.*

¹¹ TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**. v. 1. 15 Ed. São Paulo: Saraiva. 2013, p. 68.

publicidade, que encontra amparo nos artigos 5º, LX e 93, IX da Constituição Federal, coloca-se como instrumento de transparência em relação à Justiça, servindo tanto à informação das partes, elemento crucial para que as garantias relacionadas à defesa do imputado sejam efetivadas, quanto à legitimidade do Judiciário.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem

Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

(...)

IX – todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.

Em perfunctória análise utilitária, depreende-se a imprescindibilidade de atenção às regras em destaque no presente estudo, porquanto colocam-se como ferramentas à limitação de abusos estatais. No entanto, como introduzido, no âmbito dos megaprocessos espetacularizados vislumbram-se óbices à observância do dever de sigilo que acomete os atos de investigação, são eles: (1) o gigantismo que distorce a delimitação das fases da persecução criminal; (2) a inserção da justiça mega no que se entende por Direito de Emergência e (3) a espetacularização empreendida sobre os megaprocessos, que os subjeta aos anseios da audiência.

De modo a compreender a necessidade social das regras postas em análise, o primeiro capítulo será destinado a esboçar os principais fundamentos do sigilo dos atos de investigação e da publicidade dos atos processuais, bem como sua relação com o sistema acusatório, nos processos tradicionais.

Ato contínuo, no segundo capítulo será abordada a natureza dos megaprocessos, que comporta o primeiro fundamento para a inaplicabilidade de regras próprias de cada fase da

persecução penal: o gigantismo processual que ocasiona a assincronia das etapas em relação a cada imputado no processo conduzido.

Ainda no segundo capítulo, os megaprocessos serão examinados sob o que se entende por Direito Penal excepcional, ou emergencial, calcado sobretudo na doutrina de Luigi Ferrajoli, que denuncia um sistema punitivo paralelo ao tradicional, concebido para lidar com situações ditas de alta periculosidade para as estruturas do Estado, como é o caso, na atualidade, do crime organizado que, em regra, é alvo da justiça mega.

Por fim, na última parte do segundo capítulo, denuncia-se a espetacularização dos megaprocessos como elemento que fragiliza sigilo dos atos de investigação. Nesse ponto, o exame será conduzido sob duas perspectivas: a Mídia como detentora de um dever oculto de construir o senso comum em prol da manutenção das estruturas de poder do Estado e, por outro lado, a Mídia como veículo que viabiliza a relação social em uma sociedade espetacularizada.

Portanto, constrói-se que não é aplicado o sigilo dos atos de investigação preliminar porque há uma confusão nuclear atinente às fases da persecução criminal, mas não somente. O sistema punitivo *excepcional* em que se inserem os megaprocessos *autoriza* a relativização de direitos e garantias fundamentais, em prol do combate ao crime organizado, tidos como as emergências na contemporaneidade, pois atentatórios à estrutura do Estado.

Além disso, o estudo da espetacularização dessa justiça agigantada revela, ainda, que há manifesto interesse emanado pelas instâncias comunicacionais e pelo próprio Estado em se divulgar diligências e informações que seriam acobertadas pelo sigilo.

Conclui-se que, tanto o sigilo quanto a publicidade devem ser respeitados nas hipóteses que a lei prevê, porquanto necessários à efetivação do processo penal como instrumento a limitar abusos estatais.

Formula-se, ainda, que dado o conjunto de fatores que expressa a inviabilidade em se observar regras próprias do sistema acusatório, como é o caso do sigilo dos atos investigatórios, é possível sinalizar a incompatibilidade desse novo modelo de justiça penal com o próprio sistema acusatório.

1. O SIGILO DOS ATOS INVESTIGATÓRIOS E A PUBLICIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS NOS PROCESSOS TRADICIONAIS

1.1. O sigilo nos processos tradicionais.

No plano constitucional, o desenho sistemático do processo penal brasileiro é acusatório. Nesse modelo, vigoram características como a existência de uma clara distinção entre as atividades de acusar e julgar, a iniciativa probatória pertencente às partes e a plena publicidade da maior parte do procedimento. Nesse aspecto, cumpre explicitar que em determinadas ocasiões, a norma penal determina que sejam afastadas do conhecimento público certas informações, como os atos de investigação, que devem ser, em regra, contemplados pelo sigilo, como determina o art 20 do CPP.

O sigilo pode ser compreendido sob duas verves: interna e externa. O sigilo intestino refere-se às pessoas interessadas diretamente no processo, logo, destina-se o sigilo interno a afastar informações dos investigado e advogados, partindo-se do pressuposto de que o segredo interno não alcança os órgãos do Estado¹². Ainda, classifica-se o segredo interno sob duas extensões: total ou parcial.

Aury Lopes Jr. esclarece que o segredo interno total é aquele que proíbe o acesso dos atos produzidos no âmbito da investigação tanto ao sujeito processual da ação penal, quanto ao seu advogado. Por sua vez, é parcial quando há o impedimento ao acesso do imputado ou da vítima aos atos de investigação, mas não do seu patrono.

¹² LOPES JR, Aury. **Sistemas de Investigação Preliminar No Processo Penal**. 4 Ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris. 2006, p. 131.

No ordenamento pátrio vigora a regra do sigilo interno parcial, uma vez que é permitido ao advogado tomar conhecimentos dos atos já produzidos e documentos no âmbito do inquérito, como bem expõe o verbete 14 da súmula vinculante, *in verbis*:

É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

Por outro lado, o sigilo externo refere-se à vedação a que todos aqueles estranhos ao processo tenham acesso ao conteúdo da investigação. De forma interessante, André Nicolitt¹³ atribui especialmente à mídia a destinação quanto a regra tratada *in casu*. Isso porque a divulgação do inquérito aos meios de comunicação, além de violar a dignidade do indiciado, em nada contribui - ao contrário, atrapalha, em muitos casos - à apuração dos fatos. Evidencia-se, portanto, uma dupla justificativa ao sigilo externo: proteção do acusado (viés garantista) e efetividade da investigação (viés utilitarista).

Trazendo à baila, primeiramente, a discussão acerca da efetividade da investigação e tendo em vista que o inquérito policial visa à elucidação do fato quanto a sua materialidade e autoria, pouco efetiva seria a atuação da polícia judiciária se não pudesse ser resguardado o necessário sigilo durante a sua realização. Isso pois, segundo a doutrina de Tourinho Filho, seria possível que a divulgação das diligências desse ensejo a que pessoas ligadas ao acusado “desfaçam vestígios da ação principal, ocultem instrumentos, destruam papéis, removam valores, afastem ou subordinem testemunhas ou, por outras formas, anteponham barreiras aos trabalhos de elucidação”¹⁴. Em suma, comprometam, em alguma medida, o prosseguimento da investigação.

Não apenas assumindo a possibilidade de afetos do indiciado prejudicar a investigação, há que ser considerada a hipótese em que a coletividade, perturbada com a notícia do possível fato criminoso e informada a respeito da realização do inquérito, busque, por conta própria, alguma

¹³ NICOLITT, André. *Op. Cit.*, p. 79.

¹⁴ TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Op. Cit.*, p. 243.

peça de informação e acabe por retardar a investigação. Evidente, assim, que a descoberta dos elementos mínimos necessários a dar azo à ação penal tornar-se-ia muito mais dificultosa se fosse dada ciência à coletividade acerca dos atos investigatórios, produzidos ou a produzir.

Já sob o aspecto da proteção do acusado como fundamento para o sigilo externo, cumpre explicitar os princípios basilares na orientação de tal norma, quais sejam, o princípio da dignidade da pessoa humana, positivado no art. 1º, III da Carta Magna¹⁵ e art. 5.2 do Pacto de São José da Costa Rica¹⁶, internalizado pelo Decreto nº 678 de 1992, o princípio da prevalência dos direitos humanos, com fulcro no art. 4º, II da Constituição¹⁷ e corresponde também no Pacto, vide art. 41¹⁸, dentre outros, além da presunção de inocência, estampada no art. 8.2 da Convenção¹⁹ e também no art. 5º da *lex mater*, inciso LVII²⁰.

O princípio da dignidade da pessoa humana coloca o ser humano no centro valorativo da interpretação, priorizando a efetivação de direitos individuais, ainda quando confrontado com o interesse dos órgãos de persecução. Já o princípio da prevalência dos direitos humanos, autoexplicativo, privilegia a aplicação dos direitos humanos em um eventual conflito entre regras jurídicas.

¹⁵ Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: (...) III - a dignidade da pessoa humana;

¹⁶ Artigo 5º - Direito à integridade pessoal. 2. Ninguém deve ser submetido a torturas, nem a penas ou tratos cruéis, desumanos ou degradantes. Toda pessoa privada de liberdade deve ser tratada com o respeito devido à dignidade inerente ao ser humano.

¹⁷ A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: (...) II - prevalência dos direitos humanos;

¹⁸ Artigo 41 - A Comissão tem a função principal de promover a observância e a defesa dos direitos humanos e, no exercício de seu mandato, tem as seguintes funções e atribuições: (*omissis*).

¹⁹ Garantias judiciais. 2. Toda pessoa acusada de um delito tem direito a que se presuma sua inocência, enquanto não for legalmente comprovada sua culpa. Durante o processo, toda pessoa tem direito, em plena igualdade, às seguintes garantias mínimas: (*omissis*).

²⁰ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

Destes princípios norteadores do sistema processual penal desdobram-se outros, a citar, o princípio da presunção de inocência, estampado, como exposto, no art. 5º, LVII, CF, que determina que indivíduo somente pode ser considerado culpado após o trânsito em julgado de sentença penal, pois paira sobre ele a presunção da inocência.

É em razão dos princípios expostos que o segredo externo, sob a ótica da proteção do imputado, fundamenta-se. O sigilo proporciona uma melhor proteção da intimidade, vida privada, honra e imagem do sujeito passivo²¹, que não pode ser exposto à estigmatização própria do inquérito²². Isso porque, presumindo-se inocente até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, a divulgação da imagem do acusado, ou de seu nome pelos meios de comunicação, acaba por condená-lo prematuramente no entendimento da opinião pública.

Sobre o tema, Aury aponta que o grande prejuízo resultante da violação do sigilo quanto à pessoa do acusado reside na publicidade geral, instrumentalizada pelos meios de comunicação de massa, como o rádio, a televisão e a imprensa escrita, que comumente deturpam a verdade dos fatos em nome do sensacionalismo midiático, desinformador. Citando Carnelutti, expõe que:

Como disse Carnelutti, a crônica judicial interpõe entre o processo e o público o diafragma do cronista, uma pessoa que, ademais de desconhecer a técnica do processo, oculta outros interesses detrás da simples atividade de informar. Também como qualquer homem, o cronista tem suas paixões, opiniões, simpatias e antipatias. Não é necessário mais que olhar algumas capas de jornais para constatar que as crônicas, quase sempre apresentadas com adjetivos impressionantes, implicam (na grande maioria dos casos) um juízo acerca da responsabilidade do imputado.

Interessante observar que, para justificar a adoção do sigilo externo pelo direito brasileiro, não há que se falar apenas na possibilidade de o acusado não ser culpado, de modo que as violações empreendidas contra ele seriam injustificadas por retirar equivocadamente seu *status* de inocente já na etapa investigatória, que não seriam restabelecidas após a sentença absolutória.

²¹ LOPES JR, Aury. *Op. Cit.*, p. 127.

²² NICOLITT, André. *Op. Cit.*, p. 79.

Não há como negar que é uma perspectiva, talvez a mais palatável para os não adeptos ao garantismo penal²³ ou para aqueles que simplesmente desconhecem com profundidade a temática, entretanto, não é a única.

Mesmo vislumbrando-se, ao final do processo, que o acusado é de fato culpado pelo crime imputado, não se justifica a violação de suas garantias na fase do inquérito policial. Isso porque antes da produção de provas sob o crivo do contraditório não se pode adiantar um juízo de valor sobre a culpa com base empírica, o que comprometeria a própria sentença condenatória que pode estar sendo conduzida por um julgamento antecipado que tende a ser mantido para confirmação do estado mental do julgador

O sigilo sobre o qual se debruça o presente trabalho é o sigilo externo, porquanto objeto de relativização na justiça megaprocessual, que acaba por conferir publicidade a atos que deveriam ser acobertados pela norma do art. 20, CPP, sob a justificativa de efetivação do direito à informação da população, especialmente em casos de relevante interesse público.

1.2. A publicidade.

Igualmente elementar em um sistema acusatório é o princípio da publicidade. O segredo, via de regra, na contramão do aludido sistema penal, é característica identificadora dos regimes autoritários e dos processos penais inquisitoriais, como afirma Geraldo Prado²⁴.

²³ Aury Lopes Jr. e Jacobsen Gloeckner, analisando diversos pontos da obra “Derecho y Razón – Teoría del Garantismo Penal” de Luigi Ferrajoli, conceituam o garantismo penal como instrumento de tutela dos direitos fundamentais, os quais – da vida à liberdade pessoal, das liberdades civis e políticas às expectativas sociais de subsistência, dos direitos individuais aos coletivos – representam os valores, os bens e os interesses, materiais e pré-políticos, que fundam e justificam a existência daqueles “artifícios” – como chamou Hobbes –, que são o Direito e o Estado, cujo desfrute por parte de todos constitui a base substancial da democracia.” (LOPES JR, Aury. **Sistemas de Investigação Preliminar No Processo Penal**. 4ª Ed. Rio de Janeiro. Editora Lumen Juris. 2006, p. 47).

²⁴ PRADO, Geraldo. **Sistema Acusatório, A conformidade Constitucional das Leis Processuais Penais**. 3 Ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris. 2005, p. 158.

Depreende-se da leitura dos dispositivos 5º, LX e 93, IX da Constituição Federal²⁵ e do art. 792 do CPP²⁶ que, no Brasil, a publicidade garante acesso aos atos do processo não apenas aos sujeitos processuais, mas à população em geral, que pode fazer-se presente em audiências, bem como examinar autos, por exemplo, ressalvados os casos em que a intimidade ou o interesse social necessitam ser preservados, como excetua o próprio dispositivo constitucional.

No entanto, este não é o único modelo de publicidade possível em um sistema acusatório. Além da popular, ou geral, ora mencionada, há ainda a publicidade denominada restrita, ou das partes²⁷; nesta, os atos processuais são públicos só em relação às partes do processo e seus defensores, ou a um restrito número de pessoas.

Em ambos casos, verifica-se que a publicidade se coloca como instrumento de fiscalização particular frente aos poderes de Estado que atuam no processo; a diferença está na dose de controle facultado ao cidadão pelo constituinte e pelo legislador.

Possibilita-se, na versão mais abrangente da publicidade, portanto, que o cidadão participe da gestão do *múnus* público, legitimando a atuação dos agentes de Estado que atuam no processo, como os juízes, promotores, advogados, etc.

²⁵ Art. 5º, LX, CF: A lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem; Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios: (...) IX – todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.

²⁶ Art. 792, *caput* e §§ 1º e 2º, do CPP: As audiências, sessões e os atos processuais serão, em regra, públicos e se realizarão nas sedes dos juízos e tribunais, com assistência dos escrivães, do secretário, do oficial de justiça que servir de porteiro, em dia e hora certos, ou previamente designados. § 1º Se da publicidade da audiência, da sessão ou do ato processual, puder resultar escândalo, inconveniente grave ou perigo de perturbação da ordem, o juiz, ou o tribunal, câmara, ou turma, poderá, de ofício ou a requerimento da parte ou do Ministério Público, determinar que o ato seja realizado a portas fechadas, limitando o número de pessoas que possam estar presentes. § 2º As audiências, as sessões e os atos processuais, em caso de necessidade, poderão realizar-se na residência do juiz, ou em outra casa por ele especialmente designada.

²⁷ CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. 31 Ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2015, p. 93.

Nesse contexto, interessante comentar, ainda, que a legitimação da atuação do Judiciário pelo controle popular é de suma importância se for considerado que este, ao contrário do Legislativo e Executivo, não tem seus membros eleitos por voto popular, ou seja, sua estrutura funcional não é originariamente revestida de legitimação popular.

Também nessa dimensão, o Ministério Público, órgão independente, não preenche seus cargos com agentes eleitos, mas servidores que ingressam na carreira por meio de concurso público, que, bem como os servidores do Judiciário, carecem da legitimação que os membros dos demais Poderes ostentam. Assim, a possibilidade de o cidadão fiscalizar a atuação desses agentes merece especial destaque.

Geraldo Prado²⁸, seguindo Vicente Greco Filho, acertadamente ressalta que a publicidade atende a função de garantia das outras garantias, inclusive da esmerada aplicação da lei. Isso porque é por meio do acompanhamento das decisões judiciais que os cidadãos podem controlar o respeito à legalidade, moralidade e impessoalidade da ação estatal.

Tourinho Filho²⁹, retomando o autor alemão Eberhard Schmidt, expõe que, além da fiscalização por parte do cidadão, a publicidade dos atos no processo penal justifica-se pelo interesse da coletividade na Justiça Penal. Explica que o crime e a Justiça criminal afloram um interesse e uma curiosidade na coletividade tão significativa que não seria possível apartar a publicidade dos debates judiciais. É tão problemática a situação da justiça no trato com as condutas delituosas que retirar o povo desse aspecto da vida pública significaria “o temor da Justiça à crítica do povo”.

É também como entendia Pontes de Miranda³⁰, como se observa *in verbis*:

²⁸ PRADO, Geraldo. *Op. Cit.*, p. 159.

²⁹ TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Op. Cit.*, p. 68.

³⁰ MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. **Comentários ao Código de processo civil, Tomo I (art.1 ° ao 45)**. Rio de Janeiro: Editora Forense. 2002, p. 30.

O princípio da publicidade exige que não se opere em segredo o procedimento. Nasceu da solenidade dos juízos, mas ganhou força em expressão política na luta contra as investigações inquisitoriais, a incomunicabilidade, a justiça de portas fechadas e as discussões em sigilo. Temia-se mais o juiz “invisível”, infiscalizável pelo olho do público, que o próprio juiz corrupto, ou inimigo das partes. De certo modo, a campanha, mais enérgica no plano do direito processual penal, repercutiu no direito processual civil. Isso não quer dizer que o princípio não tivesse razão de ser no próprio processo civil, não pudesse ser sustentado sem alusão à história dos juízes penais.

Tourinho não se olvida, entretanto, de trazer à discussão os ônus relacionados à adoção de uma publicidade geral. Afirma que esse preceito tem como inconveniente o fato de “ser usada para sensacionalismo, ou forte impressão no público, ou para excitação dele, ou para desprestígio do réu”. No entanto, pondera que os prejuízos gerados pelo segredo processual seriam ainda maiores.

Nessa hipótese, não haveria a fiscalização dos agentes da Justiça, empreendida pelo povo, facilitando, assim, condutas fraudulentas. Ainda, esclarece que afastar o público do controle dos atos judiciais criaria a ilusão de que os assuntos de justiça não devem ser reportados à população.

1.3. Processos tradicionais.

Nos processos tradicionais, aqueles desenvolvidos em compasso com o sistema de direitos e garantias fundamentais, essas normas devem coexistir, porquanto necessárias à legitimidade e legalidade e próprias do Estado Democrático de Direito. Não há como se pensar, *in abstracto*, na prevalência da publicidade frente ao sigilo, porquanto ambas determinações se fazem necessárias à eficácia do sistema acusatório esboçado pela Constituição Federal, devendo ser aplicadas de forma harmônica nas persecuções criminais tal como concebido pelo ordenamento.

A compatibilidade das referidas normas possui guarida na própria Constituição, como se depreende da leitura de seu art. 5º, XXXIII³¹. O dispositivo alude ao direito que possui o

³¹ Art. 5º, XXXIII, CF: Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado

particular de obter informações do Poder Público em seu próprio interesse ou por interesse coletivo ou geral, excepcionando-se à regra em análise quando a prestação de informação for capaz de gerar prejuízo à segurança da sociedade e do Estado.

Nessa toada, como não poderia deixar de ser, a Lei Maior, ao tratar da publicidade especificamente no âmbito do Judiciário, não se furtou em delimitar que a determinação em questão se aplica aos atos processuais, não aos atos de investigação, como o inquérito policial. Perseguindo interpretação teleológica da norma, pode-se sugerir a perfeita subsunção do binômio sigilo-publicidade à exceção relativa ao direito de informação, eis que, caso aplicável a publicidade à fase pré-processual em comento, cristalino o prejuízo à segurança do Estado e da sociedade, dadas suas já permeadas necessidades sociais.

Superada a confirmação da compatibilidade das determinações legais em questão, cumpre pontuar, também, que nos processos tradicionais inexistente qualquer complexidade que obstaculize sua aplicação, porquanto, sendo objetiva a delimitação entre as fases do inquérito e da ação propriamente dita, claros os marcos que exteriorizam o início de uma e de outra etapa, e, portanto, permitindo, portanto, a observância de regras próprias a cada fase.

A investigação preliminar nos crimes de ação penal pública, aqui destacando-se o inquérito policial, pode se iniciar de ofício ou mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, com fulcro nos incisos do art. 5º do CPP. Possibilita a legislação processual penal, ainda que, qualquer pessoa do povo que tenha conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito, o que se denomina *notitia criminis*³².

A partir da instauração do inquérito, a Polícia irá investigar a materialidade e a autoria e, reunindo elementos suficientes para constituir indícios do fato delituoso, encaminha as

³² LOPES JR, AURY, GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. **Investigação Preliminar No Processo Penal** 5ª Ed. São Paulo: Editora Saraiva. 2013, p. 96.

informações colhidas ao Ministério Público que, entendendo pela suficiência dos indícios colhidos, oferecerá a denúncia. Do recebimento da denúncia pelo Juízo competente, inicia-se a ação penal, que termina com a sentença penal definitiva.

No entanto, como bem ressalta Geraldo Prado³³, nos procedimentos híbridos, aqueles que não são exclusivamente investigação criminal, tampouco são inteiramente processos penais, a observância dessas regras faz-se mais dificultosa.

Como exemplo desses procedimentos híbridos, o autor destaca o Termo Circunstanciado, peça que substitui o inquérito policial em relação às infrações penais de menor potencial ofensivo. No presente estudo, por outro lado, destaca-se outra espécie de procedimento híbrido no Processo Penal: os megaprocessos.

O que se buscará demonstrar são as razões pelas quais a estrutura dos megaprocessos não permite que normas como o sigilo dos atos investigatórios sejam respeitadas, o que queda ainda mais determinante se considerada a espetacularização em torno da justiça mega. Delimitando as causas que apontam para a inaplicabilidade de direitos e garantias fundamentais, destacando-se o sigilo dos atos investigatórios, em razão dos próprios alicerces da justiça megaprocessual espetacularizada, está-se a sugerir a incompatibilidade desse novo padrão de justiça penal com o sistema acusatório.

³³ PRADO, Geraldo. *Op. Cit.*, p. 159.

2. MEGAPROCESSOS ESPETACULARIZADOS - SIGILO DOS ATOS DE INVESTIGAÇÃO E A PUBLICIDADE COMO EMANAÇÃO DA SUPREMACIA DO INTERESSE DA MÍDIA HEGEMÔNICA: CAUSAS DA INCOMPATIBILIDADE COM O SISTEMA ACUSATÓRIO.

2.1. Megaprocessos.

Entre o fim dos anos 60 e início dos anos 80, a política ocidental presenciou o declínio do Estado de Bem-Estar Social e a antagônica ascensão de ideologias minimalistas de Estado, voltados para a globalização da economia e substituição do modelo estatal antecessor de centralização e controle das questões sociais, políticas e econômicas para um modelo de diminuição da responsabilidade estatal³⁴.

Ocorre que, paralelamente à diminuição das responsabilidades assumidas pelo Estado, pensou-se em um Estado forte no que concerne à manutenção da ordem social. É o Estado mínimo na afirmação de direitos e máximo no controle penal³⁵ que caracteriza o modelo de Estado pós *Welfare State*.

O paradoxo é apenas aparente, porquanto o fortalecimento das estruturas punitivas de Estado serve ao controle das populações socialmente excluídas³⁶ por um modelo de Estado que se despreocupa com aspectos sociais, demonstrando a intrínseca relação entre as tendências apontadas. Assim, inicia-se um movimento de Estado penal que não se coaduna com os preceitos da fragmentariedade e subsidiariedade, os quais pensam o poder punitivo como *ultima ratio* da organização social, não o *front*, tal como passa a ser concebido.

³⁴ PRATES, Fernanda. Prática de Interceptação e os Riscos do Modelo de “Megajustica”. In: SANTORO, A. E. R.; MIRZA, Flávio. **Interceptação Telefônica: os 20 anos da Lei n. 9.296/96**. 1. ed. Belo Horizonte: D’Plácido Editora, 2016, p. 177.

³⁵ PRATES, Fernanda. Prática de Interceptação e os Riscos do Modelo de “Megajustica”. In: SANTORO, A. E. R.; MIRZA, Flávio. *Op. Cit.*, p. 178.

³⁶ *Ibidem*, *Loc. Cit.*

Nesse contexto de ampliação do poder punitivo é que surgem os megaprocessos ou maxiprocessos, fenômeno que ganhou notoriedade no Direito italiano, a partir da Operação “Mãos Limpas”, levada a cabo no início dos anos 90, destinada a apurar a rede de corrupção que assolava a vida política e econômica italianas³⁷.

Tratam-se de processos agigantados, envolvendo numerosas imputações penais e complexa instrução probatória, que se desenrolam em longo lapso temporal. Geralmente, destinam-se a investigar o crime organizado que se devolve no seio da vida política e econômica de um Estado, ensejando intensa manifestação social acerca das questões penais em tela. Comumente são denominados “Operações” e impulsionados pela massiva cobertura midiática³⁸.

Além disso, destinam-se essas operações a investigar um grande número de delitos, que, por vezes, acabam por se distanciar da precisa determinação própria da persecução criminal. Vislumbra-se, dessa forma, uma investigação que visa a apurar toda uma “fenomenologia criminal”,³⁹ em suas complexas e vastas esferas políticas e sociais, colocando-se como verdadeiro meio de violação ao sistema punitivista vigente.

Nas palavras de Luigi Ferrajoli⁴⁰:

O segundo elemento estrutural do direito penal de exceção é aquele que denominei de “gigantismo processual”, que se desenvolve, por sua vez, em três dimensões: horizontalmente, com abertura de megainvestigações contra centenas de imputados, mediante prisões baseadas em frágeis indícios como primeiros e prejudiciais atos de instrução; verticalmente, com a multiplicação sobre a responsabilidade de cada imputado dos delitos adjudicados, circularmente deduzidos uns dos outros - os delitos associativos dos delitos específicos e vice-versa - ou bem induzidos a título de concurso moral dos

³⁷ COMO foi a mega-operação italiana que teria inspirado a 'Lava Jato'?. **BBC Brasil**, 15 de novembro de 2014. Disponível em <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141115_maos_limpas_italia_ru>. Acesso em: 18 set. 2017.

³⁸ SANTORO, A. E.R. O Uso Do Sistema Penal Como Lawfare Político (**mimeo**). Cedido pelo autor.

³⁹ *Ibidem*.

⁴⁰ FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão: teoria do garantismo penal**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002, p. 661.

adstritos aos co-imputado; temporalmente, com a promulgação desmesurada dos processos que se arrastam frequentemente sem razão, às vezes com intervalo de anos entre a conclusão da instrução e a abertura do júízo, de modo que se cumpra o máximo da prisão preventiva.

No Brasil, exemplos desse novo perfil de justiça criminal são: (1) a Operação Lava-Jato⁴¹, deflagrada em março de 2014, que apontou esquema criminoso de corrupção envolvendo a Petrobrás; (2) a Operação Carne-Fraca⁴²; deflagrada em março de 2017, que apontou um grande esquema envolvendo empresários de frigoríficos, fiscais do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa) que atuavam na liberação de licenças, solicitação e recebimento de vantagens indevidas, entre outras pessoas e (03) Operação “*unfair play* - Segundo Tempo” deflagrada na data de 05 de outubro de 2017, em continuidade às investigações sobre possível compra de votos para a escolha da cidade do Rio de Janeiro pelo Comitê Olímpico Internacional como sede das Olimpíadas de 2016. Operações ainda em curso, envolvendo investigação de corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa, principalmente.

Esse novo modelo de justiça, primeiramente explorado pelo Direito Italiano, pretende-se mais efetivo, eis que pressupõe uma “simplificação dos procedimentos e aumento de produtividade”⁴³. A *flexibilização* que o novo padrão sugere relaciona-se com a celeridade dos procedimentos e a eficiência. Pretende, com a relativização de regras próprias de cada fase processual, permitir o desenvolvimento da persecução de forma mais veloz e, de igual modo, alcançar a sentença de mérito, demonstrando a efetividade nas estruturas do Estado destinadas à responsabilização penal.

No entanto, não se sustenta a argumentação de simplificação dos procedimentos como forma de legitimar a justiça megaprocessual, porquanto, em razão de sua própria natureza

⁴¹ MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Entenda o Caso lava-Jato. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato/entenda-o-caso>>. Acesso em: 02 out. 2017.

⁴² MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Operação Carne Fraca: MPF no Paraná denuncia 60 pessoas. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pr/sala-de-imprensa/noticias-pr/mpf-pr-denuncia-60-pessoas-no-ambito-da-operacao-carne-fraca>>. Acesso em: 02 out. 2017.

⁴³ PRATES, Fernanda. Prática de Interceptação e os Riscos do Modelo de “Megajustiza”. In: SANTORO, A. E. R.; MIRZA, Flávio. *Op. Cit.*, p. 185.

agigantada, ensejam a fragilidade de direitos e garantias fundamentais, aqui destacando-se o sigilo dos atos investigatórios. Como bem asseverou Ferrajoli:⁴⁴ o gigantismo processual representou, por sua vez, um terreno próprio a todo tipo possível de abuso”.

Não há que se falar em simplificação, ou flexibilização, quando o que se põe em xeque são instrumentos processuais consagrados pela Constituição Federal e dispositivos de Tratados e Convenções Internacionais ratificados pelo Brasil, porquanto o que se tem, em verdade, é o vilipêndio do próprio Processo Penal, concebido como ferramenta ao balizamento atividade estatal. A flexibilização importa na manutenção da essência, o que não se observa no caso, já que garantias elementares ao processo penal são inaplicadas.

A natureza agigantada desse novo padrão coloca-se como óbice à observância do dever de sigilo porque, dada a pluralidade de sujeitos envolvidos nesses megaprocessos, não há como se pensar no desenvolvimento simultâneo da persecução em relação a todos imputados.

Naturalmente, cada investigação individualmente considerada apresenta complexidades próprias e, portanto, impossível o sincronismo da investigação, que se desenvolve em estágios diferentes em relação a cada imputado, mesclando a etapa investigatória com a processual e embaçando os limites da persecução criminal.

A natureza *mega*, portanto, expõe um modelo híbrido de processo penal em que as fases e imputações penais não são comuns a todos os sujeitos do processo, o que já aponta para uma impossibilidade fática, natural, em se observar regras próprias de cada etapa processual, como é o caso do sigilo, próprio da etapa investigatória.

Durante a Operação Lava-Jato, o próprio Supremo Tribunal Federal autorizou a liberação de áudio contendo conversa entre Joesley Batista, empresário do grupo JBS, denunciado pela posteriormente Operação Carne Fraca, e Michel Temer, atual Presidente da República. O trecho

⁴⁴ FERRAJOLI, Luigi. *Op. Cit.*, p. 662.

da conversa encaminhado à Imprensa de cerca de 40 (quarenta) minutos parece denunciar corrupção ativa de procurador envolvido na Operação *Greenfield*, como fonte de informação.⁴⁵

Ocorre que, ao momento da divulgação dos áudios⁴⁶, os fatos ainda se encontravam na fase de investigação, de modo que deveriam ser resguardadas as peças de informação da publicidade, em respeito ao dever de sigilo que envolve os atos investigatórios, o que evidentemente não foi levado a efeito.

Da inobservância do sigilo e consequente exposição de atos investigatório como as aludidas gravações inúmeros prejuízos se desdobram, como a estigmatização prematura da figura do imputado naquele processo, em completa dissonância com o ditame da presunção de inocência, encampado pelo art. 5º, LVII da Carta Política brasileira e art. 8, nº 2 do Pacto de San José da Costa Rica, princípio basilar em sistemas penais que se propõem acusatórios. Em que pese estar-se debruçando no presente trabalho sobre a verve garantista da norma, evidente, no caso em tela, o risco em potencial ao viés utilitário do sigilo referente à efetividade das ações empreendidas para a colheita de indícios de prova quanto à autoria e materialidade do delito.

Relacionando o gigantismo dessa mega justiça à pluralidade de acusados, que faz com que, em relação a cada um deles, a persecução penal se encontre em momento diverso de seu desenvolvimento, resta manifesta a assincronia de etapas que acomete a justiça megaprocessual. Assim, estampa-se o primeiro obstáculo à observância de direitos e garantias fundamentais do acusado no sistema penal, aqui se destacando o sigilo do art. 20, CPP.

⁴⁵ BORGES, R. Em áudio, dono da JBS contou a Temer seu plano para “segurar” investigação: Delação de Joesley Batista provoca maior crise no Governo que nasceu do impeachment. **El País**, São Paulo, 19 mai. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/18/politica/1495143431_030938.html>. Acesso em: 05 out. 2017.

⁴⁶ RIZERIO, Lara. Temer foi denunciado: e agora? Para analistas, presidente não é o “mais ameaçado” com ação de Janot. **InfoMoney**, São Paulo, 27 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.infomoney.com.br/mercados/politica/noticia/6736731/temer-foi-denunciado-agora-para-analistas-presidente-nao-mais-ameacado>>. Acesso em: 06 out. 2017.

2.2. Os megaprocessos e o direito penal de exceção.

Não apenas a assincronia dos estágios processuais inseridos no âmbito das megaoperações demonstra a inviabilidade de se respeitar normas próprias atinentes a cada etapa da persecução criminal, há ainda que se considerar o contexto *excepcional* em que se inserem. Ferrajoli, em sua obra “Direito e Razão”⁴⁷, apresenta os *maxiprocessos* como técnica do que se denomina Direito Penal Emergencial, ou Direito Penal de exceção.

Exceção é a mudança da fonte de legitimação de um Direito por conta da assunção de uma situação de emergência. Essa situação dita excepcional *autoriza* a adoção de regras extraordinárias na repressão das condutas que caracterizam a emergência. Eugenio Raúl Zaffaroni aponta que, ao longo da história, diversas foram as emergências combatidas pelos Estados, “críveis segundo as pautas culturais de cada momento”⁴⁸.

Na exposição de Zaffaroni⁴⁹:

Alega-se uma emergência, como uma ameaça extraordinária que coloca em risco a humanidade, quase toda a humanidade, a nação, o mundo ocidental etc., e o medo da emergência é usado para eliminar qualquer obstáculo ao poder punitivo que se apresenta como a única solução para neutralizá-lo. Tudo o que se quer opor ou objetar a esse poder é também um inimigo, um cúmplice ou um idiota útil. Por conseguinte, vende-se como necessária não somente a eliminação da ameaça, mas também a de todos os que objetam ou obstaculizam o poder punitivo, em sua pretensa tarefa salvadora.

Atualmente, a emergência que respalda a relativização do sistema punitivo a partir da adoção, dentre outras técnicas, dos megaprocessos, é, em geral, o crime organizado⁵⁰ que se imiscui nas esferas política e econômica.

⁴⁷ FERRAJOLI, Luigi. *Op. Cit.*, p. 650.

⁴⁸ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **A Questão Criminal**. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2013, p. 60.

⁴⁹ *Ibidem*, *Loc. Cit.*

⁵⁰ PRATES, Fernanda. Prática de Interceptação e os Riscos do Modelo de “Megajustiça”. In: SANTORO, A. E. R.; MIRZA, Flávio. *Op. Cit.*, p. 180.

Prima facie, seria possível questionar-se acerca do entendimento de que o crime organizado é a situação *excepcional* que autoriza o enrijecimento do direito penal no Brasil. Há que se ter em mente, entretanto, que a excepcionalidade não se relaciona com o desvio de um comportamento padrão, mas como uma situação de emergência, gravosa, independente da frequência com que se materializam na sociedade.

A exceção que se identifica no crime organizado, tal como concebida por Carl Schmitt, revela-se uma ameaça aos Estados, os quais, cientes de tal gravidade, editam rígidas políticas destinadas a solucionar conflitos do gênero. Como explica o jurista português Antônio Sintra⁵¹:

A dimensão, motivação, influência, capacidade, mobilidade e grau de sofisticação de determinados grupos criminosos revelam-se aptos para provocar alterações significativas no paradigma da segurança em geral e, por extensão, também no da actuação policial, mormente em sede de investigação criminal. Perante tal constatação, os Estados, conscientes da gravidade da ameaça, essencialmente nas duas últimas décadas, optaram por intensificar estudos e reflexões sobre a matéria, concebendo e aplicando políticas e estratégias de resposta tendentes a minimizar os efeitos e consequências resultantes da prática de tais acções de cariz delituosos. Assiste-se, então, por vezes, ao emergir de tendências de securitização que funcionam como políticas de excepção orientadas em função do grau de intensidade da contraposição, ou conflito, amigo/inimigo.

Além disso, nos governos neoliberais, a contenda do crime organizado é construída como objeto de governança⁵², trunfo dos Estados. A razão do interesse do Estado contemporâneo na exploração do combate às infrações de associação está na divulgação dos resultados como instrumento de popularidade, aprovação da sociedade, a quem é falseada a noção de Estado eficiente e íntegro, aplicador indistinto das leis penais. |

Nessa ótica de justiça criminal, como bem ressalta Ferrajoli⁵³, o Estado potencializa suas estruturas repressivas e se desprende da atividade cognitiva pautada na imparcialidade. Em sentido diametralmente oposto, passa a adotar procedimentos decisionistas como a utilização de

⁵¹ SINTRA, Antonio. **Técnicas especiais de investigação criminal: factor de segurança**. Disponível em: <http://repositorio.ulsiada.pt/bitstream/11067/1006/1/LPIS_n4_7.pdf>. Acesso em: 24 de out. 2017.

⁵² *Ibidem*.

⁵³ FERRAJOLI, Luigi. *Op. Cit.*, p. 656.

tipos imprecisos, amoldáveis aos objetivos do Estado naquele caso concreto. Além, emprega-se a perseguição da verdade material, por meio da investigação direta do acusado para além das ações imputadas, em total descompasso com as garantias clássicas, tais quais, a estrita legalidade penal, a presunção de não culpabilidade, dentre outras.

Ainda segundo o autor⁵⁴, a adoção de tipos abertos, como é o caso dos delitos associativos, principais objetos da justiça megaprocessual, como exposto, permitem que se proceda à uma interpretação ideológica do caso vertente muito mais relacionada à pessoa do imputado que ao fato criminoso a ser investigado. Nessa esteira, a investigação inclina-se à subjetividade do acusado, a sua privacidade, personalidade, bem como se observou na Operação Lava-Jato, durante as investigações direcionadas à Dilma Rousseff.

Na ocasião, a ex-presidenta, sequer denunciada pelo *Parquet* Federal, estampou a capa da revista “ISTO É⁵⁵” sendo retratado como “explosiva” e “fora si”, características que em nada se relacionam com o objeto ou a efetividade da perseguição em curso, mas que auxiliam na construção do inimigo do sistema punitivo, aquele que deve ser combatido de forma célere e vigorosa, de forma a consagrar a efetividade do sistema perante a opinião pública.

O processo na justiça mega transpassa o universo informativo e alcança sua dimensão inquisitorial, na qual o juiz e demais agentes estatais atuantes na sistemática penal se entendem como inimigos do réu e, por isso, autorizados a adotar medidas que visam a acessar para além do crime imputado, a *psiqué* criminosa do acusado. Nas palavras de Ferrajoli: “a nova natureza do

⁵⁴ Vide a Lei nº 12.850/2013. BRASIL. LEI Nº 12.850, DE 2 DE AGOSTO DE 2013. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei no 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 ago. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112850.htm>. Acesso em: 09 out. 2017.

⁵⁵ PARDELLAS, Sérgio; BERGAMASCO, Débora. Uma presidente fora de si: Bastidores do Planalto nos últimos dias mostram que a iminência do afastamento fez com que Dilma perdesse o equilíbrio e as condições emocionais para conduzir o país. **Istoé**, São Paulo, 01 abr. 2016. Disponível em: <https://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/>. Acesso em: 09 out. 2017.

processo como terreno de luta (...) é não tanto apenas se o imputado tenha cometido um ato criminal, mas se o imputado foi e, sobretudo, se é atualmente um criminoso”⁵⁶.

Nessa matriz de justiça excepcional, a figura do magistrado assume moldura diversa daquela concebida pelo Estado Democrático de Direito. Assevera o autor, ainda, que no Direito Penal excepcional, há a transformação da função judiciária em uma função tendencialmente policialesca,⁵⁷ permitindo que tarefas tipicamente investigativas, propriamente subsumidas à competências das autoridades policiais, sejam empreendidas pelos magistrados.

No Brasil, notória a tendência inquisitorial na condução dos megaprocessos, como é o caso da determinação de produção de provas pelo próprio magistrado sem a participação da defesa ou com o alijamento de garantias, ou na determinação de conduções coercitivas sem a prévia intimação do acusado, além dos meios de obtenção de prova utilizados (interceptação telefônica, colaboração premiada, etc.).

Não apenas, a tendência inquisitorial é manifestada na pressão sobre os imputados, com a finalidade de ser obter suas confissões, como a formulação de imenso número de perguntas pelo juiz após o acusado afirmar que exerceria o direito de permanecer calado, fato ocorrido no interrogatório do ex-governador Sérgio Cabral⁵⁸, ou com a finalidade de antecipar um juízo público de valor sobre a culpa dos investigados, a citar o caso que decisão judicial autorizou a divulgação de grampo de telefone entre o ex-presidente Lula e ex-presidenta Dilma, durante a Operação Lava-Jato.⁵⁹

⁵⁶ FERRAJOLI, Luigi. *Op. Cit.*, p. 615.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 659.

⁵⁸ VEJA Sérgio Cabral frente a frente com Moro: Ex-governador do Rio foi interrogado pelo juiz da Lava Jato, no Paraná. **Estadão**, São Paulo, 27 abr. 2017. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/veja-sergio-cabral-frente-a-frente-com-moro>>. Acesso em 20 nov. 2017.

⁵⁹ SÉRGIO Moro divulga grampo de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff; acompanhe as repercussões ao vivo. **Portal EBC**, São Paulo, 16 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/2016/03/moro-divulga-grampo-de-lula-e-dilma-acompanhe-repercussoes>>. Acesso em 06 out. 2017.

No que toca à figura do juiz nesse modelo excepcional de sistema penal, imperioso criticar a personificação de heróis na figura desses agentes de Estado. Ainda segundo a Operação Lava-Jato, tem-se o magistrado responsável pelo caso sendo alçado pela Mídia como ídolo nacional, estampando não apenas nas mais diversas matérias jornalísticas, mas também em outros gêneros de publicidade, destacando-se pelo título de “personalidade do ano” do Jornal O Globo⁶⁰ e pela menção da revista Forbes Brasil, como uma das 100 pessoas mais influentes no mundo⁶¹.

A imagem do magistrado em sistemas puramente acusatórios deve se afastar das expectativas da população e pressões políticas, de forma a permitir a condução dos atos decisórios de forma imparcial, fundamentada e compatível com o regramento jurídico. Até por isso, dentro os poderes da República, é o único que não se sujeita ao sufrágio popular para preenchimento de seus quadros; o acesso à carreira do Judiciário é viabilizado por concurso público, como preconiza o art. 93, I da Constituição Federal de 1988.

A aquiescência das medidas excepcionais adotadas no âmbito dos megaprocessos por parte da sociedade evidencia a popularidade que se municia esse sistema punitivo, popularidade esta que muito se relaciona com natureza dos crimes objeto da justiça mega. Isso porque, destinam-se a investigar delitos cometidos no bojo das instituições políticas e econômicas, envolvendo, em regra, agentes públicos em geral e membros do alto escalão da sociedade.

Ainda, o assentimento deste sistema punitivo marginal por parte da opinião pública, periférico ao que se depreende da ordem constitucional, relaciona-se com a própria excepcionalidade do Direito. Acredita-se estar em situação que de tão emergencial e perigosa às

⁶⁰ QUAINO, Lilian. Juiz da Lava Jato ganha prêmio de personalidade do ano do 'Globo': Brasileiros que se destacaram receberam prêmio 'Faz Diferença'. Juiz diz que ficou tocado com as manifestações recentes. **G1**, Rio de Janeiro, 19 mar. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/03/juiz-da-lava-jato-ganha-premio-de-personalidade-do-ano-do-globo.html>>. Acesso em: 06 out. 2017.

⁶¹ SÉRGIO Moro é uma das 100 pessoas mais influentes do mundo, diz “Time”. **Forbes Brasil**, São Paulo, 21 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.forbes.com.br/fotos/2016/04/sergio-moro-e-uma-das-100-pessoas-mais-influentes-do-mundo-diz-time/>>. Acesso em: 06 out. 2017.

estruturas do Estado autoriza a violação de garantias fundamentais dos acusados, neste trabalho destacando-se o sigilo dos atos de investigação.

A opinião pública posiciona-se de forma favorável aos excessos estatais - concebidos não como excessos, termo de acepção essencialmente negativa, mas como instrumentos de rigor da norma penal - por crer que se está a nivelar a seletividade do sistema punitivo⁶², ao ampliar o alcance das instituições penais, que passaram a processar e julgar não apenas os usuários rotineiros do sistema carcerário - população de baixa renda, negra e jovem - mas também os membros do dita “alta sociedade”.

Dessa forma, reforça-se o discurso de moralização da política⁶³ pela via punitiva, angariando o robustecimento do ordenamento penal cada vez mais respaldo social, eis que concebido como único instrumento efetivo de controle social.

Direitos e garantias fundamentais, nessa esteira, passam a ser concebidos pela população não como ferramentas de contenção dos abusos do Estado mas, em âmbito diametralmente oposto, como empecilhos à responsabilização de criminosos. Respaldando-se em uma noção de merecimento, as garantias processuais são compreendidas como benefícios, aspectos que demandam o merecimento por parte do sujeito passivo, não devendo ser *concedidas* aos inimigos do sistema punitivo.

É nessa perspectiva que, no âmbito dos megaprocessos, a sigilosidade dos atos de investigação é compreendida como ferramenta de ocultação de informação, que apenas promove a propagação do *status quo* - casos frequentes de corrupção no seio da Administração e

⁶² GOMES, Marcus Alan de Melo. Crítica à cobertura midiática da Operação Lava Jato. In: **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. **01**, **01** ago **2016**. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/122.09.PDF>. Acesso em: 18 out. 2017.

⁶³ *Ibidem*.

precariedade na prestação dos mais basilares serviços públicos, sem a responsabilização dos culpados.

Nessa concepção, ganha força a publicidade de informações concernentes à justiça mega, eis que se coloca como remédio à necessidade de transparência de todos atos de persecuções criminais que interessem à população tal como delitos associativos no espaço público.

Nesse aspecto, relativiza-se o sigilo que deveria afastar atos de investigação do conhecimento público com a dita necessidade de informação da população, dando lugar a publicidade indevida de determinados atos da persecução.

Nessa esteira se encontra o recente entendimento do Supremo Tribunal Federal, esposado no boletim informativo nº 877, de 15 de setembro de 2017 dessa Eg. Corte, no que se refere à sigilosidade dos acordos de colaboração premiada até o recebimento da denúncia. Orienta-se no sentido de que deve ser demonstrada a existência de uma necessidade concreta do sigilo; não havendo tal necessidade, deve-se garantir a publicidade do acordo, como se vê no trecho a seguir:

O sigilo sobre o conteúdo de colaboração premiada deve perdurar, no máximo, até o recebimento da denúncia. Essa é a orientação, da Primeira Turma, que negou provimento a agravo regimental. A Turma afirmou que, no âmbito da Administração Pública, a publicidade é a regra e o sigilo a exceção (CF, art. 5º, LX) **O sigilo do que ajustado é elemento essencial para a efetividade da colaboração firmada, como forma de garantir o êxito das investigações** (Lei 12.850/2013, art. 7º, § 2º), e para assegurar a proteção da pessoa do colaborador e das pessoas próximas (Lei 12.850/2013, art. 5º, II). A Lei, visando a consecução desses objetivos, estabeleceu diversas cautelas a serem adotadas. O art. 7º dispõe que o pedido de homologação do acordo será sigilosamente distribuído, contendo apenas informações que não revelem a identificação do colaborador e do objeto. O sigilo sobre o conteúdo da colaboração premiada, consoante versa o § 3º do citado artigo, deve permanecer, como regra, até o recebimento da denúncia. O preceito trata da cessação do sigilo relativamente ao acordo, além de assegurar o direito de o investigado conhecer aqueles que o subscreveram a denúncia, de modo a viabilizar a ampla defesa e o contraditório. A delação premiada objetiva, com transparência, a elucidação de fato criminoso. O parágrafo citado não encerra observância absoluta, mas termo final máximo. Deve ser mantido até esse ponto apenas se houver necessidade concreta. Uma vez realizadas as diligências cautelares, cuja indispensabilidade tiver sido demonstrada a partir das declarações do colaborador, ou inexistentes estas, não subsiste razão para o sigilo. **Nada impede que o sigilo do acordo seja afastado em momento anterior ao recebimento da denúncia e, assim, possibilitar o conhecimento daquele que subscrevera o acordo**, bem como o

conteúdo do que declarado. Deste modo, tem-se a otimização dos princípios da ampla defesa e do contraditório, em favor do investigado ou dos atingidos pela colaboração premiada. Não há direito subjetivo do colaborador a que se mantenha, indefinidamente, a restrição de acesso ao conteúdo do acordo, ao argumento de que o sigilo teria sido elemento constitutivo da avença. A Turma ressaltou que o art. 19 da referida norma, ao prever como crime a conduta de imputar falsamente, sob pretexto de colaboração com a Justiça, a prática de infração penal a pessoa que sabe ser inocente, ou de revelar informações sobre a estrutura de organização criminosa que sabe inverídicas — a chamada delação caluniosa —, reforça a necessidade de conhecimento do que veiculado no acordo. (...) (grifamos)

Conforme o art. 3º, I da Lei nº 12.850/2013⁶⁴, trata-se a colaboração premiada de meio de obtenção de prova, que pode ser autorizado em qualquer momento da persecução penal, ou até mesmo após trânsito em julgado da sentença penal condenatória, e que deve ser mantida em sigilo até que a denúncia seja recebida, com espeque no art. 6º, §3º⁶⁵ do mesmo diploma.

Não obstante a determinação legal quanto à aplicabilidade do sigilo, a Suprema Corte manifestou-se no sentido de que a observância do sigilo não se faz *ex lege*, porquanto o que o art. 3º prevê não é uma regra de observância absoluta, mas um termo final máximo. Aponta a obrigatoriedade em se realizar uma avaliação acerca da necessidade em se conferir o sigilo a determinado acordo de colaboração; inexistindo necessidade manifesta, pode-se optar pela publicidade do conteúdo do acordo e da identidade de seu subscritor.

Justifica o aludido entendimento na otimização dos princípios da ampla defesa e do contraditório, em favor do investigado ou dos atingidos pela colaboração premiada. No entanto, parece inadequado tal posicionamento porquanto, sob a justificativa de melhor possibilitar o direito de defesa dos imputados, expõe a atuação do colaborador ao conhecimento público.

Vislumbra-se, portanto, que na Imprensa e até nas decisões judiciais, se sustenta a necessidade de se realizar uma ponderação entre o sigilo de determinados atos do processo penal,

⁶⁴ Art. 3º Em qualquer fase da persecução penal, serão permitidos, sem prejuízo de outros já previstos em lei, os seguintes meios de obtenção da prova: I - colaboração premiada;

⁶⁵ Art. 6º O termo de acordo da colaboração premiada deverá ser feito por escrito e conter: (...) § 3º O acordo de colaboração premiada deixa de ser sigiloso assim que recebida a denúncia, observado o disposto no art. 5º.

a exemplo dos atos investigatórios, e a publicidade. Nesse exercício, como observado, a praxe é privilegiar a publicidade sob a justificativa de atender ao interesse público, que titulariza direito à informação. No entanto, equivocadas as argumentações que se valem do afastamento completo do sigilo em benefício da publicidade externa.

No que concerne a antinomias de regras de direito interno, existem três parâmetros aptos a solucionar o conflito: o critério da hierarquia, segundo o qual deve-se lei produzida por órgão hierarquicamente prevalecer sobre lei inferior e não sendo suficiente, sucedem os critérios da cronologia, pelo qual lei mais nova derroga lei mais velha e, por fim, o da especialidade, o qual determina que lei mais específica tem preferência em relação à lei geral. Nota-se que em um conflito de regra o que há é a retirada de uma norma para que outra seja aplicada ao caso.

No conflito de princípios, por sua vez, seguindo a Teoria dos Direitos Fundamentais de Alexy⁶⁶, deve-se lançar mão da ponderação. Isso significa valorar os interesses debatidos e determinar qual dos princípios, no caso concreto, deve ter maior peso.

O que se observa, portanto, é que um dos princípios conflitantes tem seu âmbito de aplicação reduzido, o que de forma alguma significa retirar por completo sua incidência, tornando-o inaplicável ao caso.

Nas situações em tela, em verdade, o que se tem é o princípio da publicidade se chocando com a regra do sigilo atinente aos atos de investigação, positivado no art. 20, CPP. Ocorre que, mais que uma regra, o dispositivo é emanção do princípio da presunção de inocência, por sua vez estampado no art. 5º, LVII, CF.

⁶⁶ ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. Tradução: Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Ed. Malheiros, 2015, pp. 85-94.

Por isso, a completa exclusão do sigilo, de modo a vilipendiar - antes da eficácia das diligências - a presunção de inocência dos acusados é expediente que esvazia a evolução da argumentação jurídica e o sistema de garantias constitucionais.

Ainda, cumpre criticar o risco de que, sob a pretensão de efetivar o interesse popular, se encampar políticas populistas. O populismo⁶⁷, ao invés do paradigma da prevenção e da ressocialização, volta-se à pura e simples repressão, conforme os anseios vigilantes da sociedade, incentivada pelos meios de comunicação, que, em regra, propagam a necessidade de robustecimento do sistema punitivo. Falseia-se o motivo que leva ao vilipêndio de normas processuais, que, em verdade, consiste em pura demagogia.

Inferre-se do exposto que, não somente a natureza agigantada dos megaprocessos coloca-se como obstáculo ao respeito do sistema penal vigente, mas o Estado deliberadamente admite o afastamento de direitos e garantias fundamentais, sob a justificativa da excepcionalidade da situação, com, na esmagadora maioria das vezes, apoio popular.

Por fim, há uma terceira razão para a incompatibilidade dos megaprocessos com as garantias fundamentais, especialmente a presunção de inocência materializada pela determinação do sigilo dos atos de investigação: a espetacularização levada a cabo pelos meios de comunicação de massa.

Todo apelo social gerado pela justiça mega, a qual, em geral, envolve setores importantes da Administração, atrai a atenção da Mídia, que realiza a chamada publicidade opressiva.

2.3. Megaprocessos espetaculares.

⁶⁷ SANTOS, Bartira Macedo Miranda; RIBEIRO, Luiz Gustavo Gonçalves; CASTRO, Matheus Felipe de (Coords). **Direito penal e constituição**. Florianópolis: CONPEDI, 2015. Disponível em: <<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/66fsl345/393xa7s7/6j67Vr2didpfn3HX.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2017.

Observa-se que o “mega” desse novo padrão de justiça não se relaciona tão somente com uma noção objetivamente quantitativa. Não é “mega” apenas porque envolve abundantes imputações e complexa instrução probatória; sua magnitude diz respeito, também, a exploração que lhe é empreendida pelos meios de comunicação.

Neste ponto será abordada a manipulação midiática dos megaprocessos penais, culminando na violação do sigilo garantido aos investigados sob o mote de dever de informação, sob duas perspectivas: (1) a Mídia como detentora de um dever oculto de construir o senso comum em prol da manutenção das estruturas de poder do Estado e (2) a Mídia como veículo que viabiliza a relação social em uma sociedade espetacularizada.

Ao final do século XVIII os meios de comunicação assumiram papel de fiscalização das aristocracias europeias, reforçando os anseios burgueses por participação política, por meio de atuação dos atos de governo. Segundo Simone Schreiber⁶⁸, retomando estudo da jornalista Sylvia Moretzsohn, a função social da Mídia, conforme as premissas iluministas seria a de “esclarecer os cidadãos, reportando-lhes a verdade de forma desinteressada e neutra”, como intermediária imparcial que atua entre o Estado e a sociedade.

Porém, a partir das transformações ocorridas entre o final de 1960 e o início dos anos de 1980, identificado com o declínio do Estado de bem-estar social, o perfil da economia global e das estruturas de Estado mudaram⁶⁹, de forma que a Mídia acumulou, de forma oculta, um outro papel além daquele de fiscalizar, o de direcionar opiniões políticas. Nessa dimensão, a presunção de imparcialidade garantiu à Imprensa uma posição de autoridade, “pairando acima das contradições sociais e, ao mesmo tempo, livre das burocracias e controles que amarram as instituições estatais”.

⁶⁸ SCHREIBER, Simone. A Publicidade Opressiva dos julgamentos criminais. **Revista brasileira de ciências criminais**. vol 86/2010. p.336-379. set-out. 2010.

⁶⁹ PRATES, Fernanda. Prática de Interceptação e os Riscos do Modelo de “Megajustiza”. In: SANTORO, A. E. R.; MIRZA, Flávio. *Op. Cit.*, p. 178.

Como já explicava a Criminologia Midiática, o Estado moderno percebeu que sua governabilidade depende dos meios de comunicação de massa, eis que possuem o poder de influenciar a opinião pública, verdadeiramente criando uma realidade conveniente aos Governos. Isso pois, a Mídia para a grande maioria da população, é a única fonte de conhecimento, eis que, na Era da Informação⁷⁰ é, de fato, que tem o poder de canalizar, filtrar e difundir informações de forma massificada, atingindo quase a totalidade das camadas sociais.

Conhecendo tal relação, Eugenio Raúl Zaffaroni⁷¹, citando René Girard, explica que o sistema penal tem por real função canalizar a vingança e violência difusamente empreendida pela sociedade, e, para isso, é necessário crer que o poder punitivo concentrado nas mãos do Estado (a violência deixa de ser difusa para ser atividade típica e exclusiva do Poder Público) está neutralizando as mazelas sociais trazidas pelos “criminosos”.

Para que seja possível essa neutralização, cria-se um inimigo comum, o qual é apresentado pela Mídia à sociedade como a *emergência*, a *situação excepcional* que urge por controle e seu combate, também transmitido pela Imprensa, propicia sentimento de segurança no sistema. Com isso, o que se observa é a Mídia conduzindo políticas criminais (recorte do poder de Estado) com o objetivo de amenizar consternações sociais, na medida em que tornam possível a sensação de segurança e a crença nas bases do Estado.

É nesse contexto de construção e combate ao inimigo de forma midiaticizada que as perseguições criminais deflagradas contra o crime organizado se consagram como instrumento de popularidade dos Estados.

A divulgação da perseguição é medida que faz crer na efetividade do sistema e, por isso, coloca-se como tendência na atualidade a concessão de coletivas de imprensa por órgãos

⁷⁰ Considerou-se como Era da Informação o período após a Era Industrial, mais especificamente, década de 1980.

⁷¹ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Op. Cit.*, p. 381.

investigadores, à exemplo da entrevista concedida pela Polícia Federal para revelar a deflagração da Operação Carne-Fraca, em 17 de março de 2017⁷², que foi realizada no próprio auditório da Superintendência de Polícia Federal em Curitiba/PR, com disponibilização, inclusive, da gravação da coletiva no site da Polícia Federal⁷³.

A demonstração do inimigo comum e seu combate é ainda mais eficaz quando viabilizada por imagens, explica Zaffaroni⁷⁴. Isso porque uma mensagem comunicada por imagens remonta obrigatoriamente a elementos concretos, afinal, a imagem não reproduz conceitos abstratos. Dessa forma, ao receptor da mensagem, público leigo, em geral, a mensagem é transmitida de forma irreflexiva, pronta para ser consumida, reduzindo-se, portanto, o espaço para pensamento abstrato. Assim, o instrumento da imagem é constantemente empregado pelos meios de comunicação na seara dos megaprocessos.

Relevante salientar, ainda, que a comunicação viabilizada por imagens possibilita a fragmentação daquilo que, realmente, corresponde à verdade dos fatos. A triagem daquilo que irá ser exposto daquilo que permanecerá escuso permite que seja eficazmente empregada a seletividade da informação, desnudando aquilo que é conveniente aos poderes de Estado e Mídia expor e negando outras peças de informação ao corpo social, dificultando a construção de capacidade crítica por parte da população, público⁷⁵. Permite-se, dessa forma, que venha a conhecimento público apenas aquilo que é de interesse das instâncias de poder, aquelas que constroem o inimigo social.

No que se relaciona com a exploração imagética executada pela Mídia e Estado, ainda no cenário da Operação Lava-Jato, é possível apontar o episódio em que o ex-presidente Lula foi

⁷² AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA POLÍCIA FEDERAL. PF desarticula esquema criminoso envolvendo agentes públicos e empresários. Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/2017/03/pf-desarticula-esquema-criminoso-envolvendo-agentes-publicos-e-empresarios>>. Acesso em: 09 out. 2017.

⁷³ *Ibidem*.

⁷⁴ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Op. Cit.*, p. 306.

⁷⁵ GOMES, Marcus Alan de Melo. *Op. Cit.*, *Loc. Cit.*

conduzido coercitivamente, por autorização do magistrado responsável pelo caso⁷⁶. A condução foi veiculada por diversos meios de comunicação, e na televisão⁷⁷, ainda o veículo comunicacional de maior alcance na sociedade brasileira, o caso repercutiu de maneira ímpar sendo estampado com assombrosa frequência nos programas ditos jornalísticos.

Tamanho o interesse pela reprodução imagética do caso, a aludida Operação serviu de inspiração à obra cinematográfica “Polícia Federal: A lei é para todos”⁷⁸, que busca reconstruir o caso investigada pela Lava-Jato. A produção se pretende neutra, meramente informativa, porém, inevitavelmente, narra o enredo a partir de uma pré-determinada perspectiva, desconsiderando a complexidade do caso e, com isso, distanciando-se do caráter informacional que sugere perseguir.

É mera peça de entretenimento irresponsável, na medida em que reduz uma celeuma estrutural do sistema brasileiro, a corrupção, a convicções partidarizadas e simplistas.

A recorrente veiculação de provas produzidas nos megaprocessos e da concessão de entrevistas pelas autoridades investigativas e até pelo Judiciário, revela a postura ativa que assume o Poder Público na divulgação dos megaprocessos, confirmando a utilização da justiça mega como incremento de popularidade.

O impacto social da comunicação que se propõe realista e imparcial gera quase uma obrigação quanto à aceitação dos fatos difundidos, de modo que opiniões contrárias não cabem no diálogo.

⁷⁶ COLON, Leandro; TALENTO Aguirre; NUBLAT, Johanna; CARVALHO, Mario Cesar. Condução coercitiva de Lula foi decidida para evitar tumulto, diz Moro. **Folha de São Paulo**, Brasília e São Paulo, 04 mar. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1746437-conducao-coercitiva-de-lula-foi-decidida-para-evitar-tumulto-diz-moro.shtml>>. Acesso em: 06 out. 2017.

⁷⁷ BRASIL. **Pesquisa Brasileira de Mídia de 2016**. Disponível em: <<http://www.pesquisademidia.gov.br/#/Geral/details-917>>. Acesso em: 06 out. 2017.

⁷⁸ PIRES, Breiller. Antes de estrear, filme sobre a Lava Jato vira alvo de Lula na Justiça: Advogados acusam vazamento ilegal de gravações da condução coercitiva do ex-presidente para produção cinematográfica. **El País**, São Paulo, 25 mar. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/25/politica/1490400008_297412.html>. Acesso em: 20 out. 2017.

A força da informação imagética veiculada pelas grandes instâncias comunicacionais é justificada, também, na crença de isenção político-partidária que ostentam essas instituições, fazendo crer tratar-se de informação imparcial e fidedigna, o que nem sempre corresponde à realidade.

O que é apresentado como verdade é assumido como tal, reduzindo o espaço de contra-argumentação daqueles que não compartilham do mesmo pensamento, porquanto contra-majoritário. Por isso, interessante criticar o papel homogenista do populismo penal midiático, que desconsidera a possibilidade do debate crítico ser instaurado no âmbito dos megaprocessos, reduzindo a crítica a antagonismos políticos, partidário.

Isso se relaciona à excepcionalidade que se atribui à situação, como esclareceu Zaffaroni⁷⁹. As angústias geradas pela emergência são usadas para desobstruir qualquer obstáculo ao poder punitivo, o qual é difundido como a única solução apta a neutralizá-la. Nesse sentido, tudo o que se opõe ou obstaculiza a repressão do poder punitivo é também considerado como inimigo.

Por isso, crê-se ser necessário não apenas a eliminação da situação emergencial, que pode se dar a qualquer custo; deve-se afastar, também, todos que duvidam, de alguma maneira obstaculizando, o exercício do poder punitivo.

Evidencia-se, portanto, que, embora apresentem-se como informante, atrelados à fiel propagação de mensagem atendente ao interesse público, especialmente no que concerne aos megaprocessos, essas instâncias de comunicação de massa, em verdade, destinam-se à construção de um senso comum.

⁷⁹ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Op. Cit.*, p. 60.

Considerando que a justiça megaprocessual, em regra, coloca luzes sobre escândalos políticos e econômicos, é notável a função da Mídia na orientação da história de uma sociedade, por meio da “informação, subinformação e desinformação”⁸⁰.

Nesse sentido, observa-se que, no modelo político atual, a Mídia assumiu a atribuição paraestatal, de maneira que *deve* atuar com a finalidade de garantir a propagação das forças de poder, formando o senso comum. No entanto, como ressaltado, não apenas o mister assumido lhes permite empreender a espetacularização dos megaprocessos tal como ocorre. A própria natureza espetacular da sociedade possibilita que a Mídia conduza os megaprocessos como peça de entretenimento, verdadeiro espetáculo.

Os espetáculos penais são apenas algumas das variadas espécies de espetáculo que existem em cartaz. Isso porque, como explica o crítico francês Guy Debord, a sociedade moderna em si é espetacularizada.

Com isso, quer-se dizer que a interação social passou a ser mediada pela representação, teatralidade⁸¹, afastando-se do relacionamento autêntico e espontâneo. O canal que une os indivíduos - reduzidos à público - aos espetáculos, aqui destacados os megaprocessos, são os meios de comunicação de massa.

⁸⁰ *Ibidem*, p. 385.

⁸¹ NEGRINI, Michele; AUGUSTI, Alexandre Rossato. **O legado de Guy Debord: reflexões do espetáculo a partir de sua obra**. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt.com>. Acesso em: 13 out. 2017.

3. JULGAMENTOS PENAIS ESPETACULARES.

Conforme o pensamento debordiano, o fenômeno do espetáculo tem origem nas sociedades regidas pelo binômio produção e consumo. Isso porque, se o que aparece é bom e o que é bom deve ser consumido, não se medem esforços para *fazer aparecer* e, por consequência, estimular o consumo. Por sua vez, para que o consumo se mantenha aquecido, mesmo quando já se adquiriu tudo, socorre-se da técnica do espetáculo.

Bem como ressaltou Zaffaroni⁸², existe uma singular peculiaridade no que se refere à comunicação mediatizada por imagens, que é a possibilidade de se destacar uma parcela da realidade e defini-la como o todo, comprometendo, portanto, a veracidade dos fatos transmitidos, eis que é a ótica do transmissor que definirá qual “pseudo mundo à parte”⁸³ será considerado. Não apenas, a informação imagética induz à passividade do indivíduo que, fascinando-se com a trama apresentada, aceita o que lhe é transmitido sem questionar a informação.

Para compreender como a Mídia transforma a megajustiça em produto, Rubens Casara⁸⁴ na obra *Processo Penal do Espetáculo: Ensaio sobre o poder penal, a dogmática e o autoritarismo na sociedade brasileira*, expõe o tímido fetiche compartilhado pela sociedade em torno de determinados casos penais.

Aponta o paradoxo *repulsa e identificação* como causa essencial para o fascínio social acerca desses casos. Trata-se do rechaço pelo cruel, da intriga acerca dos aspectos subjetivos do delito e o sadismo estampado no prazer pelo sofrimento alheio, dentre outros elementos que acabam por transformar o julgamento penal em um “objeto privilegiado de entretenimento”, em espetáculo.

⁸² ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Op. Cit.*, p. 306.

⁸³ DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1967, p. 8.

⁸⁴ CASARA, Rubens R. R. *Processo Penal do Espetáculo: Ensaio sobre o poder penal, a dogmática e o autoritarismo na sociedade brasileira*. 1 Ed. Florianópolis: Ed. Empório do Direito. 2015, p. 11.

Além dos elementos apontados por Casara para explicar a propensão midiática desses julgamentos, os delitos associativos que em geral são alvo da justiça mega, como exposto em outra passagem, a exemplo das Operações apontadas em tela, envolvem empresários e/ou servidores públicos do alto escalão da sociedade brasileira, responsáveis pela vida política e econômica do país, o que já se caracteriza como um elemento de sedução.

Se para Debord, o espetáculo é o instrumento, a linguagem que permite a transmissão da mensagem de forma unilateral, anestesiando o espectador de qualquer reflexão e cristalizando a prevalência daquilo que “parece” em face daquilo que “é”. Para Casara, o espetáculo retoma a acepção denotativa do termo. Refere-se à atração, divertimento; é o processo penal sediado no cenário do entretenimento, cujo objetivo é agradar ao grande público.

Explica Casara⁸⁵ que, enquanto o processo penal democrático preocupa-se com a reconstrução ética do fato atribuído ao réu, no processo espetacular, a “trama” prevalece sobre o fato. A história representada deve ser interessante, cativar sua audiência, e, por isso, não existe compromisso dos meios de comunicação massificados em transmitir o fato tal como investigado, eis que nem sempre a realidade comporta os fetiches da audiência.

Por isso, quando o objetivo do Processo Penal é agradar, divertir a audiência, é o desejo do espectador que dita o desenvolvimento do enredo, tal como ocorre em uma telenovela, ou *reality show*. Tem-se, dessa forma, a subversão da finalidade do Processo, que se distancia do dever de limitação do poder Estatal por meio da aplicação de direitos fundamentais e assume uma instrumentalidade dramaturgica - permite que a persecução se aperfeiçoe em compasso com os desejos da audiência.

Além da falsificação da realidade que fetichiza os megaprocessos, esclarece o autor que há nesse modelo de justiça espetacular o emprego de uma linguagem sensacionalista marcadamente

⁸⁵ *Ibidem*, p. 14.

maniqueísta, a qual separa os sujeitos, personagens, entre “mocinhos” e “bandidos”⁸⁶. De fácil assimilação, o vernáculo do espetáculo reduz a personalidade humana à dualidade do “bom” e “mau”, sem demais complexidades, conduzindo o caso ao julgamento antecipado dos imputados perante uma “jurisdição” popular.

Na justiça que se propõe agradável, o juízo competente para o caso é o público para quem se apresenta o espetáculo, juízo este que sequer se dissimula acusatório, na medida em que escancara a ressignificação das garantias fundamentais.

Enquanto tradicionalmente relacionam-se com a limitação de abusos estatais, comutam-se, pela lógica espetacular, em obstáculos à punição do criminoso que, por isso, devem ser afastados. Nesse aspecto, o sigilo de determinados atos, como os investigatórios, são violados e envaidecidos como instrumentos de efetiva responsabilização penal e de informação da população.

Nessa perspectiva que o magistrado responsável pela condução da Operação Carne-Fraca declarou entender ser necessário o afastamento do sigilo que resguarda determinados atos promovidos durante persecução criminal, quando se tratar de crimes de lesa à saúde pública⁸⁷.

Pelo discurso, consagra-se, mais uma vez, a errônea argumentação segundo a qual, em prol de um suposto interesse público, aperfeiçoa-se a publicidade em total detrimento do sigilo em todas suas vertentes, tanto a garantista quanto a utilitarista, que diz respeito à eficácia das diligências quando levadas a conhecimento público.

Resta claro que, além da natureza dos megaprocessos e de sua inserção no que se entende por Direito Penal Excepcional, a espetacularização da justiça mega cria outro óbice à adequação

⁸⁶ *Ibidem, Loc. Cit.*

⁸⁷ LEITÃO, Matheus. Crimes contra saúde pública devem perder sigilo, diz juiz da Carne Fraca. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 mar. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/blog/matheus-leitao/post/crimes-contr-saude-publica-devem-perder-sigilo-diz-juiz-da-carne-fraca.html>>. Acesso em 27 out. 2015.

ao sistema penal garantista, de modo que já seria possível indicar a incompatibilidade da justiça megaprocessual com o sistema acusatório, porque violadora em potencial de direitos e garantias fundamentais, tal como o sigilo, no presente trabalho salientado.

Ainda no que concerne à espetacularização da justiça mega, interessante pontuar a notória diferença na repercussão midiática do caso Carne-Fraca. Enquanto que comentários críticos à Operação Lava-Jato quase que se limitam à esfera jurídica, sem maiores dificuldades encontra-se em páginas da *web*⁸⁸ críticas à condução da Operação Carne-Fraca, sendo levadas a efeito.

As críticas relacionam-se à condução da aludida Operação pela Polícia Federal, que causou prejuízos na senda econômica brasileira. Destacam a importância do setor agropecuário para a economia do país, que teria sido fragilizada pela “espetaculosa” gestão do processo.

A Operação Carne-Fraca, em que pese ter servido ao discurso moralizador de que se utilizam os Estados modernos em busca de legitimação, acabou por se colocar como um obstáculo à recuperação da economia brasileira, considerando a exportação de carne como considerável fonte de renda para o país.

Por debilitar o mercado, parceiro do Estado - tanto em aspectos lícitos, considerando o Estado Gerencial trazido pela Constituição de 1988, quanto ilícitos, vide os envolvidos nesses megaprocessos que ora se discute - a espetacularização do processo foi apontada como medida irresponsável que deve ser combatida.

⁸⁸ MENDES, Luiz Henrique; ZAIA, Cristiano; GRANER, Fábio. Críticas à 'narrativa' da PF na 'Carne Fraca'. **Jornal Valor Econômico**, São Paulo e Brasília, 20 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/agro/4905056/criticas-narrativa-da-pf-na-carne-fraca>>. Acesso em: 03 out. 2017. 'ESPETÁCULO' da Carne Fraca causou prejuízos para o país, avalia Temer: Presidente concedeu entrevista ao jornalista Roberto D'Ávila, da GloboNews. Após operação ser deflagrada, diversos países, como a China, anunciaram embargo à carne brasileira. **G1**, 22 mar. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/espetaculo-da-carne-fraca-causou-prejuizos-para-o-pais-avalia-temer.ghtml>>. Acesso em: 03 out. 2017. AGOSTINI, Renata; ZAFALON, Mauro. Exagero dá impressão de que fraude é em toda carne, diz líder de associação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 mar. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/03/1867989-operacao-criou-discurso-irresponsavel-sobre-carne-diz-presidente-de-associacao.shtml>>. Acesso em: 03 out. 2017.

Diante disso, já sob outra ótica é possível reafirmar a função mística dos meios de comunicação de massa na manutenção das estruturas estatais de poder. Quando não apenas o inimigo, mas o mercado, considerado como uma das forças de poder de um Estado, senão a mais forte, em sistemas capitalistas de governo, é atacado, a Mídia retrai e permite o debate quanto aos excessos na condução de processos na justiça megaprocessual.

Nota-se, portanto, que a violação de garantias fundamentais dos acusados é medida incentivada pela opinião pública, sob a justificativa de efetivação do dever de informação e do relevante interesse público que paira sobre tais julgamentos penais, como já explicitado no presente trabalho, quando apenas o inimigo está sendo violentado. Quando, por outro lado, a cobertura espetacular da Imprensa em face da Operação Carne-Fraca gera prejuízos também ao capital, necessário repensar na exploração midiática de processos desse quilate, em homenagem à priorização da segurança econômica.

CONCLUSÃO

Antes de propriamente concluir o estudo, interessante comentar que críticas à justiça megaprocessual, considerando os crimes que costumam investigar, causam estranheza por fazer parecer estar-se de acordo com os delitos cometidos no bojo da Administração Pública. Não se trata de incentivo à irresponsabilidade penal, mas de provocação ao respeito das regras processuais, especialmente no que concerne às garantias conferidas aos sujeitos do processo, dada a periculosidade de se tender a um sistema inquisitorial.

O perigo de se adotar um sistema inquisitorial está nos preceitos sobre os quais o aludido sistema se baseia, quais sejam: confusão entre o sujeito processual com função acusatória e o sujeito processual com função julgadora; a gestão da prova pelo juiz; a busca da verdade real - como se fosse possível conhecê-la; a admissão de qualquer prova capaz de buscar a verdade e fragilidade dos direitos de defesa, dentre outros.

Ainda, como bem pontuou Zaffaroni⁸⁹ nos moldes da *justiça* inquisitorial, “vende-se como necessária não somente a eliminação da ameaça, mas também a de todos os que objetam ou obstaculizam o poder punitivo, em sua pretensa tarefa salvadora”. Afinal, aquele que duvida da emergência não é apenas um “criminoso” qualquer, na medida em que se entende duvidar da própria autoridade que exerce o poder punitivo.

Quiçá mais gravoso que um sistema inquisitório, é o sistema inquisitório do inimigo, como se apresenta a justiça mega. É o processo despido de garantias destinado a investigar apenas os inimigos do sistema penal, de forma anti-isonômica e arbitrária; a sepultura da máxima de justiça de que “todos são iguais perante a lei”, portanto.

⁸⁹ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Op. Cit.*, pp. 60-68.

As garantias estampadas no ordenamento jurídico devem ser observadas independentemente de quem sejam os sujeitos passivos, do contrário, estar-se-ia a confirmar a existência de um julgamento prévio - sentenças condenatórias anunciadas para aqueles que, de início já identificados como inimigos, sequer foram contemplados com garantias processuais.

Ainda nessa toada, há que se ressaltar a necessidade de se dissociar o discurso político do discurso técnico, como deve ser o Processo Penal, porquanto concebido, como repetidas vezes mencionado, como instrumento a coibir abusos do Estado, que, sem o suporte garantista, concede ao Estado posição de completa disparidade de armas em relação ao acusado.

Seguindo na exposição de Zaffaroni⁹⁰:

Já assinalamos, e reiteramos, ser óbvio que ninguém defende a impunidade para homicidas e violadores; a discussão sobre se devem ser penalizados com mais cinco ou dez anos é secundária e isso, com certeza, não impedirá que o número de homicidas e violadores aumente, nem determinará que diminua.

A separação do que deve ser discutido como política pública daquilo que, de fato, é material para as políticas penais faz-se imperiosa porquanto o poder punitivo não se dedica a eliminar o perigo da emergência, “emergência é apenas o elemento discursivo legitimador de sua falta de contenção”⁹¹. Assim, a contenda os escândalos de corrupção na esfera do governo é resultado que não advém da repressão criminal.

Como alertou o autor⁹², “ao longo de 800 anos de sucessivas emergências”, verifica-se que as ditas emergências são perigos que foram inventados ou, sendo reais, desapareceram por outros meios que não o sistema punitivo. No caso brasileiro, inquestionável a realidade dos crimes organizados no bojo dos governos. O que se defende, portanto, é a eleição de meios efetivamente aptos a solucionar a celeuma em comento.

⁹⁰ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Op. Cit.*, p. 336.

⁹¹ *Ibidem*, p. 60.

⁹² *Ibidem*, *Loc. Cit.*

Isso posto, não se trata de negar o debate político que advém da investigação de crimes desse matiz, mas de inseri-lo nas sendas adequadas, que, em regra, nem sempre compreenderam o Direito Penal, que deve ser orientado pela fragmentariedade e subsidiariedade, devendo ser instado a resolver conflitos sociais quando nenhum outro ramo puder fazê-lo, é a *ultima ratio*, por conseguinte.

Nessa dimensão, sedimentou-se que o papel das garantias fundamentais é justamente evitar a exacerbação da imposição de sofrimento, determinando limites ao Estado, desproporcionalmente mais forte na relação processual com o acusado. Dessa forma, inverossímil imputar às garantias fundamentais o poder de obstaculizar a responsabilização do sujeito passivo, eis que assumem a passividade de limitar os excessos; não imobilizam o agir das autoridades responsáveis pela condução do processo.

O presente trabalho teve por objetivo atestar a incompatibilidade dos megaprocessos espetacularizados com o sistema acusatório, destacando-se a inobservância do dever de sigilo dos atos de investigação que, em regra, justifica-se pela argumentação de estar a se efetivar o direito à informação, especialmente em casos de relevante interesse público, como são os crimes objeto da justiça mega, que, em regra, investiga delitos associativos no seio da vida política e econômica do país.

Esclarecido o equívoco da justificativa que privilegia a publicidade dos atos de investigação com fulcro no interesse público, já que, em uma ponderação de princípios, considerando o dever de sigilo estampado no art. 20, CPP como manifestação do princípio constitucional de presunção de inocência, não há que se retirar um dos princípios conflitantes, mas ponderar, no caso concreto, qual deve ser seu âmbito de aplicação reduzido e qual deve sobressair.

A dita ponderação entre a publicidade e o sigilo, por outro lado, não reduz a aplicabilidade do sigilo, porquanto ao expor dados ainda sob investigação, esvai por completo o sentido da norma.

Ainda no que concerne à argumentação que diz prezar pelo interesse popular para efetivar a publicidade de atos que deveriam ser resguardados pelo sigilo, esclareceu-se que, em verdade, atende a anseios populistas. O populismo penal presta-se a alavancar índices de popularidade de Estado, bem como expôs Zaffaroni, ao canalizar as angústias sociais em um determinado grupo que, ao ser combatido, faz crer na estabilidade das estruturas estatais. É, em conclusão, a crença de solução de todas mazelas sociais, quando, em verdade, se está apenas a combater uma parcela do problema, que, mais que a doença em si, é mero sintoma de um Estado falho.

Restou demonstrado que a incompatibilidade da justiça mega com o sistema de direitos e garantias fundamentais, em destaque o dever de sigilo estampado no art. 20, CPP, foi sugerida traçando 03 (três) fatores para tal: (1) a natureza agigantada dos megaprocessos, os quais envolvem inúmeras imputações penais, complexa instrução probatória e, por isso, ensejam a assincronia entre as fases da persecução criminal em relação a cada acusado, tornando dificultosa a observância de regras próprias de cada etapa processual, como é o caso do sigilo; (2) a excepcionalidade dos megaprocessos, eis que se inserem no que se entende por Direito Penal Emergencial, que admite a adoção de um sistema punitivo enrijecido para lidar com a situação dita excepcional, *in casu*, o crime organizado, tal como a exposição dos acusados identificados na figura do “inimigo”. Por fim, (3) a espetacularização dos megaprocessos empreendida pelos meios de comunicação massificados, que o fazem em atenção ao seu oculto mister de construção do senso comum, bem como enquanto veículo de interação social, considerando a sociedade do espetáculo explicada pelo crítico Guy Debord.

Expôs-se que o megaprocesso penal espetacular é, ao fim e ao cabo, uma justiça retributiva, sádica na medida em que seu único fim é o de promover o sofrimento recreativo do “criminoso”, logo, verdadeiro Direito da Pena.

Concluiu-se, também, que o Direito de Emergência, como indicou Ferrajoli⁹³, é incompatível com o Estado Democrático de Direito, pois altera a lógica interna na justiça penal. Produz-se, em verdade, uma “justiça política” desenvolvida em um “procedimento decisionista e inquisitório fundado no princípio do amigo/inimigo” e apoiado por grande parte da opinião pública, ignorando a estrita legalidade.

Interessante relatar que os meios de comunicação de massa tornam efetivos, em verdade, o direito à publicidade, necessária a consumação do sistema acusatório, na medida em que possibilitam uma maior fiscalização por parte da população. No entanto, o que se criticou foi espetacularização, diferente da mera publicidade, na medida em que aquela é excessiva e opressiva, extirpando direitos e garantias fundamentais do caso concreto, como o sigilo ora analisado.

Deve-se esclarecer que, ao se criticar a espetacularização como forma de sentenciamento prévio perante a opinião pública, a quem se destina o espetáculo, não se está a sugerir uma completa incapacidade do Judiciário em julgar o caso conforme o ordenamento pátrio, dada a contaminação por influências externas. O que se traz à baila é a necessidade de se perceber que, na prática, inexistem imunidade dos órgãos jurisdicionais a pressões políticas ou populares, porquanto estes disputam “força e poder como qualquer outro ator em cena na arena nacional”⁹⁴.

Ainda nesse diapasão parece correto concluir que, como qualquer outro ser humano, magistrados são inficionados por convicções próprias; até por isso é seu dever constitucional fundamentar decisões, conforme inciso IX do artigo 93 da Constituição da República.

⁹³ FERRAJOLI, Luigi. *Op. Cit., Loc. Cit.*

⁹⁴ SILVA, Carlos Henrique Dantas da. A legitimidade do Judiciário. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, 01 dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512005000400012>. Acesso em: 26 out. 2017.

O que se pretendeu com a crítica à espetacularização foi, portanto, retomar a consciência de que, especialmente na sociedade do espetáculo, o Judiciário deve desafiar-se a não ser permeado por fatores externos. Do contrário, como exposto, sob o mote da atenção às expectativas populares, autorizadas medidas que desdenham de garantias processuais dos acusados, como é o sigilo.

Em síntese, o cenário construído foi o de que se deve perseguir a responsabilização dos acusados à custa do vilipêndio do processo penal. O que, conforme restou demonstrado, não merece prosperar; deve a investigação preliminar ser capaz de, atendendo a exigências constitucionais, convencionais e legais, instruir a ação penal para que o magistrado de forma imparcial e afastada de interesses político-partidários quaisquer conduza a demanda de forma adequada.

Por fim, em consonância com o exposto, asseverou Gilmar Mendes⁹⁵ ao debater as Operações Lava-Jato e Carne Fraca que as “investigações devem ter por objetivo produzir provas, não entreter a opinião pública ou demonstrar autoridade”, criticando, tal como efetuado no presente estudo, a espetacularização dessas Operações.

⁹⁵ GILMAR Mendes critica vazamentos da Odebrecht. **JOTA**, Brasília, 21 mar. 2017. Disponível em: <<https://jota.info/justica/gilmar-mendes-critica-vazamentos-da-odebrecht-21032017>>. Acesso em: 26 out. 2017.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA POLÍCIA FEDERAL. PF desarticula esquema criminoso envolvendo agentes públicos e empresários. Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/2017/03/pf-desarticula-esquema-criminoso-envolvendo-agentes-publicos-e-empresarios>>. Acesso em: 09 out. 2017.

AGOSTINI, Renata; ZAFALON, Mauro. Exagero dá impressão de que fraude é em toda carne, diz líder de associação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 mar. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/03/1867989-operacao-criou-discurso-irresponsavel-sobre-carne-diz-presidente-de-associacao.shtml>>. Acesso em: 03 out. 2017.

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. Tradução: Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Ed. Malheiros, 2015.

BORGES, R. Em áudio, dono da JBS contou a Temer seu plano para “segurar” investigação: Delação de Joesley Batista provoca maior crise no Governo que nasceu do impeachment. **El País**, São Paulo, 19 mai. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/18/politica/1495143431_030938.html>. Acesso em: 05 out. 2017.

BRASIL. LEI Nº 12.850, DE 2 DE AGOSTO DE 2013. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei no 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 ago. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112850.htm>. Acesso em: 09 out. 2017.

BRASIL. **Pesquisa Brasileira de Mídia de 2016**. Disponível em: <<http://www.pesquisademidia.gov.br/#/Geral/details-917>>. Acesso em: 06 out. 2017.

CASARA, Rubens R. R. **Processo Penal do Espetáculo: Ensaios sobre o poder penal, a dogmática e o autoritarismo na sociedade brasileira**. 1 Ed. Florianópolis: Ed. Empório do Direito. 2015.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. 31 Ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2015.

COLON, Leandro; TALENTO Aguirre; NUBLAT, Johanna; CARVALHO, Mario Cesar. Condução coercitiva de Lula foi decidida para evitar tumulto, diz Moro. **Folha de São Paulo**, Brasília e São Paulo, 04 mar. 2016. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1746437-conducao-coercitiva-de-lula-foi-decidida-para-evitar-tumulto-diz-moro.shtml>>. Acesso em: 06 out. 2017.

COMO foi a mega-operação italiana que teria inspirado a 'Lava Jato'?. **BBC Brasil**, 15 de novembro de 2014. Disponível em <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141115_maos_limpas_italia_ru>. Acesso em: 18 set. 2017.

DA SILVA, Alberto José Tavares Vieira. **Investigação Criminal: Competência**. 1 ed. São Luís. Ed. Lithograf. 2007.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos da Teoria Geral do Estado**. 33 ed. São Paulo. Eitora. Saraiva 2016.

DE OLIVEIRA, Eugenio Pacielli. **Curso de Processo Penal**. 17 Ed. São Paulo. Atlas. 2013.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1967.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 3 ed. São Paulo. Ed. Martins Fontes. 2007.

'ESPETÁCULO' da Carne Fraca causou prejuízos para o país, avalia Temer: Presidente concedeu entrevista ao jornalista Roberto D'Ávila, da GloboNews. Após operação ser deflagrada, diversos países, como a China, anunciaram embargo à carne brasileira. **G1**, 22 mar. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/espetaculo-da-carne-fraca-causou-prejuizos-para-o-pais-avalia-temer.ghml>>. Acesso em: 03 out. 2017.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão: teoria do garantismo penal**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Introdução ao Estudo do Direito. Teoria Geral do Direito**. 3 ed. São Paulo. Ed. Método. 2015.

GILMAR Mendes critica vazamentos da Odebrecht. **JOTA**, Brasília, 21 mar. 2017. Disponível em: <<https://jota.info/justica/gilmar-mendes-critica-vazamentos-da-odebrecht-21032017>>. Acesso em: 26 out. 2017.

GOMES, Marcus Alan de Melo. Crítica à cobertura midiática da Operação Lava Jato. In: **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 01, 01 ago 2016. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_se_rvicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/122.09.PDF>. Acesso em: 18 out. 2017.

LEITÃO, Matheus. Crimes contra saúde pública devem perder sigilo, diz juiz da Carne Fraca. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 mar. 2017. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/politica/blog/matheus-leitao/post/crimes-contra-saude-publica-devem-perder-sigilo-diz-juiz-da-carne-fraca.html>>. Acesso em 27 out. 2015.

LOPES JR, Aury. **Sistemas de Investigação Preliminar No Processo Penal**. 4 Ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris. 2006.

_____, GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. **Investigação Preliminar No Processo Penal** 5ª Ed. São Paulo: Editora Saraiva. 2013.

MENDES, Luiz Henrique; ZAIA, Cristiano; GRANER, Fábio. Críticas à 'narrativa' da PF na 'Carne Fraca'. **Jornal Valor Econômico**, São Paulo e Brasília, 20 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/agro/4905056/criticas-narrativa-da-pf-na-carne-fraca>>. Acesso em: 03 out. 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Entenda o Caso lava-Jato. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato/entenda-o-caso>>. Acesso em: 02 out. 2017.

_____. Operação Carne Fraca: MPF no Paraná denuncia 60 pessoas. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pr/sala-de-imprensa/noticias-pr/mpf-pr-denuncia-60-pessoas-no-ambito-da-operacao-carne-fraca>>. Acesso em: 02 out. 2017.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. **Comentários ao Código de processo civil, Tomo I (art.1º ao 45)**. Rio de Janeiro: Editora Forense. 2002.

NEGRINI, Michele; AUGUSTI, Alexandre Rossato. **O legado de Guy Debord: reflexões do espetáculo a partir de sua obra**. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt.com>. Acesso em: 13 out. 2017.

NICOLITT, André. **Manual de Processo Penal**. 3 ed. Rio de Janeiro. Elsevier. 2012.

PARDELLAS, Sérgio; BERGAMASCO, Débora. Uma presidente fora de si: Bastidores do Planalto nos últimos dias mostram que a iminência do afastamento fez com que Dilma perdesse o equilíbrio e as condições emocionais para conduzir o país. **Istoé**, São Paulo, 01 abr. 2016. Disponível em: <https://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/>. Acesso em: 09 out. 2017.

PIRES, Breiller. Antes de estreiar, filme sobre a Lava Jato vira alvo de Lula na Justiça: Advogados acusam vazamento ilegal de gravações da condução coercitiva do ex-presidente para produção cinematográfica. **El País**, São Paulo, 25 mar. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/25/politica/1490400008_297412.html>. Acesso em: 20 out. 2017.

PRADO, Geraldo. **Sistema Acusatório, A conformidade Constitucional das Leis Processuais Penais**. 3 Ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris. 2005.

PRATES, Fernanda. Prática de Interceptação e os Riscos do Modelo de “Megajustiça”. In: SANTORO, A. E. R.; MIRZA, Flávio. **Interceptação Telefônica: os 20 anos da Lei n. 9.296/96**. 1. ed. Belo Horizonte: D'Plácido Editora, 2016.

QUAINO, Lilian. Juiz da Lava Jato ganha prêmio de personalidade do ano do 'Globo': Brasileiros que se destacaram receberam prêmio 'Faz Diferença'. Juiz diz que ficou tocado com as manifestações recentes. **G1**, Rio de Janeiro, 19 mar. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/03/juiz-da-lava-jato-ganha-premio-de-personalidade-do-ano-do-globo.html>>. Acesso em: 06 out. 2017.

REALE, Miguel. Lições Preliminares de direito. 27ª Edição. São Paulo. Ed. Saraiva. 2002.

RIZERIO, Lara. Temer foi denunciado: e agora? Para analistas, presidente não é o "mais ameaçado" com ação de Janot. **InfoMoney**, São Paulo, 27 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.infomoney.com.br/mercados/politica/noticia/6736731/temer-foi-denunciado-agora-para-analistas-presidente-nao-mais-ameacado>>. Acesso em: 06 out. 2017.

SANTORO, A. E.R. O Uso Do Sistema Penal Como Lawfare Político (**mimeo**). Cedido pelo autor.

SANTOS, Bartira Macedo Miranda; RIBEIRO, Luiz Gustavo Gonçalves; CASTRO, Matheus Felipe de (Coords). **Direito penal e constituição**. Florianópolis: CONPEDI, 2015. Disponível em: <<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/66fsl345/393xa7s7/6j67Vr2didpfn3HX.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2017.

SCHREIBER, Simone. A Publicidade Opressiva dos julgamentos criminais. **Revista brasileira de ciências criminais**. vol 86/2010. p.336-379. set-out. 2010.

SÉRGIO Moro divulga grampo de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff; acompanhe as repercussões ao vivo. **Portal EBC**, São Paulo, 16 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/2016/03/moro-divulga-grampo-de-lula-e-dilma-acompanhe-repercussoes>>. Acesso em 06 out. 2017.

SÉRGIO Moro é uma das 100 pessoas mais influentes do mundo, diz “Time”. **Forbes Brasil**, São Paulo, 21 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.forbes.com.br/fotos/2016/04/sergio-moro-e-uma-das-100-pessoas-mais-influentes-do-mundo-diz-time/>>. Acesso em: 06 out. 2017.

SILVA, Carlos Henrique Dantas da. A legitimidade do Judiciário. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, 01 dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512005000400012>. Acesso em: 26 out. 2017.

SINTRA, Antonio. **Técnicas especiais de investigação criminal: factor de segurança**. Disponível em: <http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/1006/1/LPIS_n4_7.pdf>. Acesso em: 24 de out. 2017.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**. v. 1. 15 Ed. São Paulo: Saraiva. 2013.

VEJA Sérgio Cabral frente a frente com Moro: Ex-governador do Rio foi interrogado pelo juiz da Lava Jato, no Paraná. **Estadão**, São Paulo, 27 abr. 2017. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/veja-sergio-cabral-frente-a-frente-com-moro>>. Acesso em 20 nov. 2017.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **A Questão Criminal**. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2013.